



Instituto Politécnico de Beja

Escola Superior Agrária

Mestrado de Agronomia



Política Agrícola Comum 2014-2020

**- Estudo comparativo sobre impacto da reforma da PAC numa
exploração pecuária em regime extensivo –**

João André da Silva Navarro

Beja

2015

Instituto Politécnico de Beja

Escola Superior Agrária

Mestrado de Agronomia

Política Agrícola Comum 2014-2020

**- Estudo comparativo sobre impacto da reforma da PAC numa
exploração pecuária em regime extensivo –**

**Dissertação do curso de Mestrado em Agronomia apresentada na Escola Superior
Agrária do Instituto Politécnico de Beja**

Elaborado por:

João André da Silva Navarro

Orientado por:

Professor Manuel Joaquim Marques Patanita

Beja

2015

Resumo

Desde a entrada de Portugal na União Europeia que a agricultura portuguesa está condicionada à Política Agrícola Comum (PAC) e sujeita às reformas e ajustamentos que esta tem vindo a sofrer ao longo dos anos. A nova PAC, que entrou em vigor em 2015, não fugirá à regra, e trará mudanças importantes para a agricultura nacional. Antever tais mudanças e apresentar algumas soluções de adaptação, nomeadamente no que diz respeito ao regime extensivo nacional, é o objetivo geral do trabalho que aqui se apresenta. Para tal, direcionou-se o estudo inicial da PAC para aquele tipo de manejo, analisando-se as diretrizes da nova PAC e enquadrando-se esta análise numa exploração agrícola que utiliza o regime extensivo. Este enquadramento permitiu encontrar soluções de viabilidade para essa exploração, que com maior ou menor dificuldade se podem adaptar a outras explorações similares que utilizem igualmente o manejo extensivo. As conclusões a que esta abordagem possibilitou chegar parecem não deixar dúvidas em relação à viabilidade económica da exploração no enquadramento da nova PAC, deixando antever boas perspetivas para o futuro do regime extensivo nacional.

Palavras-Chave: Agricultura, Política Agrícola Comum (PAC), Reforma, Pecuária, Regime extensivo, Viabilidade económica

Abstract

Since Portugal joined the European Union, Portuguese agriculture has been conditioned by Common Agricultural Policy (CAP) and affected by the reforms and adjustments that have affected the agricultural policy over the years. The new CAP that was introduced in 2015 will also bring important changes to the sector. The main objective of this work is to anticipate these changes and discuss some possible adaptations to the new policies, namely in the context of extensive production systems. The analysis of the CAP reform, which was analyzed in the context of a farm in which the extensive production systems are dominant, led to the identification of some potential viable solutions for that particular farm. Many of these solutions can be, with more or less difficulty, adapted to other similar farms. The results obtained thus seem to suggest that extensive production systems are economically viable under the new CAP, anticipating good perspectives for the future of the national extensive regime.

Palavras-Chave: Agriculture, Common Agricultural Policy (CAP), Reform, Cattle, extensive system, Economic viability

Agradecimentos

Este trabalho contou com uma infinidade de contributos e ajudas, que muito agradeço, mas de cuja enumeração resultariam certamente injustiças, face às omissões que inevitavelmente ocorreriam. No entanto, para não cometer uma maior injustiça, não poderei deixar de referir um conjunto de pessoas, sem cujos contributos este trabalho não teria, sem dúvida, visto a luz do dia.

Antes de mais agradeço ao Professor Manuel Patanita pela disponibilidade sempre pronta para que a concretização desta tese se tornasse uma realidade.

A todo o quadro docente com quem tive oportunidade de aprender ao longo do mestrado, deixo uma palavra de apreço.

À minha família, em especial à minha mãe e ao meu pai, agradeço pelas oportunidades que me proporcionaram ao longo da vida e pelo apoio incondicional que sempre deram a todas as minhas escolhas. À minha namorada Lúcia, pelo apoio, solidariedade, compreensão e paciência a que se fica, de facto, a dever este trabalho. Aos meus amigos e amigas agradeço a sua presença nos momentos importantes e simplesmente por o serem. Não posso deixar de agradecer à minha pequenina colorida de quatro patas por ser uma boa companhia.

Agradeço todas as sugestões, contributos e opiniões dadas pelo Engenheiro João Rosado.

A todos aqueles, e são muitos, que me incentivaram ao longo deste percurso, o meu obrigada.

Índice

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO II - A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM	3
2.1 Origem e Objetivos	3
2.2 Princípios	4
2.3 As Reformas	5
2.3.1 A reforma de 1992	6
2.3.2 Agenda 2000	6
2.3.3 Reforma de 2003	7
2.3.4 Política de Desenvolvimento Rural 2007-2013	9
CAPÍTULO III - REFORMA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM 2014 – 2020	11
3.1 Introdução	11
3.2 Pagamentos Diretos	12
3.2.1 Regime de Pagamento Base (RPB)	12
3.2.2 Pagamentos por Práticas Agrícolas Benéficas para o Clima e para o Ambiente (GREENING)	13
3.2.3 Regime da Pequena Agricultura (RPA)	13
3.2.4 Apoio ao Jovem Agricultor	14
3.2.5 Pagamentos Ligados	14
3.3 Programa de Desenvolvimento Rural	16
3.3.1 Aposta nas Organizações de Produtores (OP)	17
3.3.2 Campo de Ação Alargado para o Aconselhamento Agrícola	17
3.3.3 Maiores responsabilidades para o LEADER (Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural)	17
3.3.4 Jovens Agricultores	17
3.3.5 Investimento na Exploração Agrícola	18
3.3.6 Pequenos Investimentos na Exploração	19
3.3.7 Investimento na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas	19
3.3.8 Pequenos Investimentos de Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas	20
3.3.9 Criação de Agrupamentos e Organizações de Produtores	20
3.3.10 Integração Empresarial: Operações de Cooperação Empresarial ..	21
CAPÍTULO IV - BREVE CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO AGRÍCOLA EM PORTUGAL	23

4.1	Uso das Terras.....	23
4.2	Dimensão e distribuição das explorações	24
4.3	Trabalho Agrícola	24
4.4	Comércio	25
4.5	Tendências.....	27
4.5.1	Produção Agrícola.....	27
4.5.2	Produção Vegetal.....	28
4.5.3	Produção Animal.....	29
4.6	Necessidades Nacionais	31
4.7	Rendimento da Atividade Agrícola	32
CAPÍTULO V - CARACTERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO.....		35
5.1	Localização	35
5.2	Descrição	36
5.3	Clima	37
5.3.1	Classificação Climática	37
5.3.2	Temperatura	38
5.3.3	Precipitação	39
5.4	Solos	41
5.5	Mão-de-Obra.....	43
5.6	Parque de Máquinas	44
5.7	Efetivo Pecuário	45
5.7.1	Bovinos	45
5.7.2	Suínos.....	47
5.8	Pastagem	48
5.9	Apoios	49
5.10	Breve Caracterização Económica	49
CAPÍTULO VI - CENÁRIOS DE VIABILIDADE		53
6.1	Introdução	53
6.2	Situação da exploração à entrada da nova PAC, em 2015.....	53
6.3	Opções.....	55
6.3.1	Medidas Agroambientais.....	56
6.3.3	Previsão dos montantes a atribuir à exploração referentes às medidas 7.3 e 7.7.2.....	59
6.4	Breve antevisão económica da exploração para 2015.....	60

6.5 Agricultura Biológica	62
6.6 Produção Integrada	64
6.7 Associação de criadores de Bovinos em regime extensivo	65
CAPÍTULO VII - CONCLUSÃO	69
Bibliografia	71

Índice de Figuras

Fig. 1 - Distribuição da SAL.....	23
Fig. 2 - Estrutura do Comercio Internacional de Produtos Agroalimentares em Portugal.....	26
Fig. 3 - Produção Nacional 2011.....	27
Fig. 4 Produção Vegetal em 2011	28
Fig. 5 - Produção Animal em 2011.....	30
Fig. 6 - Localização Geográfica da Exploração em Estudo.....	36
Fig. 7 - Mapa da Exploração	36
Fig. 8 - Temperaturas mínimas, médias e máximas na Estação Meteorológica de Amareleja (°C).....	39
Fig. 9 – Distribuição da Precipitação pelas estações do ano	39
Fig. 10 - Enquadramento do integral pluviométrico pelos anos mais secos e mais húmidos	40
Fig. 11 - Diagrama ombrotémico de Gaussen estimado	41
Fig. 12 - Perspetiva dos Solos na exploração	41
Fig. 13 - Perspetiva da Capacidade de Uso do Solo da exploração	42
Fig. 14 - Comparação entre m.o. disponível com as necessárias às tarefas de manejo pecuário.....	44
Fig. 15 - Época de parição de 2014 - distribuição dos nascimentos ao longo do ano	46
Fig. 16 - Percentagem de utilização da mão-de-obra pelas UP	50

Índice de Quadros

Quadro 1 - Parque de Máquinas	44
Quadro 2 - Efetivo Bovino.....	45
Quadro 3 - Principais características e exigências de algumas das principais espécies presentes na pastagem	48
Quadro 4 - Resumo dos apoios instituídos.....	49
Quadro 5- Alguns indicadores económicos da exploração em 2014.....	51
Quadro 6 - Cálculo do montante das ajudas diretas em 2015.....	54
Quadro 7 - Variação do RPB ao longo dos anos da PAC 2014-2020	54
Quadro 8 - Montante e limites do apoio "Pagamentos Rede Natura".....	57
Quadro 9 – Cálculos dos montantes das ajudas no âmbito das medidas consideradas	60
Quadro 10 - Indicadores económicos da exploração para 2015	61
Quadro 11 - Resumo da medida 7.1 – Agricultura Biológica.....	63
Quadro 12 - Resumo da Medida 7.2 – Produção Integrada	65

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

A entrada de Portugal na União Europeia (UE) trouxe com ela um suceder de transformações importantes para a agricultura portuguesa. Relativamente a outras agriculturas europeias, Portugal estava numa situação muito rudimentar, pouco desenvolvida, mal equipada e apresentado inúmeras deficiências estruturais. Ao nível económico, a entrada na UE deu a possibilidade a Portugal de se aproximar a passos largos das restantes agriculturas europeias.

Nesse sentido, a Política Agrícola Comum (PAC) foi fundamental para que o sector agrícola nacional conseguisse a aproximação referida. A agricultura nacional teve a possibilidade de se desenvolver a partir de alguns fundos estruturais, ajudas financeiras, o mercado único e o acesso facilitado a mais e melhores equipamentos e tecnologias. Por tudo isto, desde a entrada de Portugal na UE, é impossível não estabelecer uma ligação muito próxima entre a PAC e a agricultura portuguesa. A agricultura portuguesa ficou desde então, fortemente condicionada e sujeita às reformas e aos ajustamentos que a PAC tem vindo a sofrer ao longo dos anos.

A nova Reforma da PAC 2014-2020 não fugirá à regra e trará certamente mudanças importantes ao sector agrícola. Em conformidade com a estratégia Europa 2020 e com os objetivos gerais da PAC, foram definidos três objetivos estratégicos a longo prazo para a política europeia de desenvolvimento rural no período de 2014-2020 (Comissão Europeia, 2015):

- estimular a competitividade da agricultura;
- assegurar a gestão sustentável dos recursos naturais e medidas no domínio do clima;
- realizar um desenvolvimento territorial equilibrado das economias e comunidades rurais, incluindo a criação e manutenção de emprego.

O trabalho que aqui se apresenta tem como objetivo principal conhecer a nova PAC que entrou em vigor no presente ano de 2015, realçando com detalhe as possíveis implicações no regime extensivo nacional. Deste objetivo surgem

outros mais específicos que concretizam numa exploração agrícola bem exemplificativa daquele tipo de regime, as diversas diretrizes da nova PAC.

A metodologia do presente trabalho segue uma linha orientadora que possibilitou elaborá-lo com forte ligação entre todos os capítulos. Começa por se apresentar uma breve história da PAC até aos dias de hoje, onde se faz referência mais detalhada à situação atual e que facultará posterior comparação. Dessa referência passa-se ao futuro, analisando a nova PAC no terceiro capítulo, e enfatizando-se as diretrizes que se preveem relacionadas com o regimes extensivo e esclarecendo-se resumidamente a forma como Portugal as adotará. No quarto capítulo apresenta-se uma breve caracterização da agricultura nacional nos dias que correm para posteriormente, no seguinte capítulo fazer uma caracterização da exploração em estudo, que permitirá uma ligação entre o manejo extensivo e a PAC.

CAPÍTULO II - A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

2.1 Origem e Objetivos

Quando os seis Estados Membros fundadores da Comunidade Económica Europeia assinaram o Tratado de Roma em 1957, a agricultura foi erigida como primeira prioridade na construção do futuro Mercado Comum. Não só o Tratado refere claramente que ela será objeto de uma Política Agrícola Comum (PAC), como lhe define desde logo os objetivos e as principais bases operativas. Nada de mais natural numa Europa que em duas guerras recentes tinha sentido a importância estratégica da produção agroalimentar e da ocupação do território, e onde a agricultura representava ainda mais de 25% do emprego total e quase 10% do Produto Interno Bruto (Cunha, 2000).

A Política Agrícola Comum (PAC) está consagrada desde o nascimento da CEE, tendo os seus objetivos sido enunciados, em 1957, no Tratado de Roma (Wichern, 2004):

- incrementar a produtividade da agricultura, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola e a utilização ótima dos fatores de produção, designadamente da mão-de-obra;
- assegurar, deste modo, um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura;
- estabilizar os mercados;
- garantir a segurança dos abastecimentos;
- assegurar preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores.

Face à complexidade das harmonizações a realizar nos princípios e mecanismos das políticas nacionais pré-existentes, não é de estranhar que as primeiras organizações comuns de mercado só tenham surgido na campanha de 1962/1963, ou seja 5 anos depois da conferência de Stresa (Cunha, 2000).

A fim de atingir os objetivos constantes do Tratado de Roma, instituiu-se uma organização comum dos mercados agrícolas. Cada atividade agrícola (cereais, bovinos, ovinos, etc.) enquadra-se na sua própria Organização Comum de Mercado (OCM) (Cordovil *et al*, 2004).

As OCM's foram introduzidas de forma gradual e, atualmente, existem para a maioria dos produtos agrícolas da UE. Elas constituem os fundamentos operacionais do mercado agrícola comum, na medida em que eliminam obstáculos ao comércio intracomunitário de produtos agrícolas e mantêm uma barreira aduaneira comum face a países terceiros (Cordovil *et al*, 2004).

2.2 Princípios

Alternativamente, a PAC pode ser caracterizada pelos seus “três princípios”, emanados da Conferência de Stresa, em 1958, de cuja observância depende a consecução dos objetivos enunciados (Ritson, 1997).

Unicidade de mercado

A criação de uma única organização para o mercado de cada um dos produtos abrangidos pela PAC, sendo principalmente conseguida através do estabelecimento de preços institucionais, de regras de concorrência comuns para cada um e da eliminação de todo o tipo de barreiras e obstáculos ao comércio intracomunitário. Deverá referir-se, que, apesar de a quase totalidade dos produtos agrícolas, animais e vegetais, estar hoje abrangida pela PAC, as condições de apoio interno e de proteção externa que esta lhes concede diferem substancialmente de produto para produto (Cunha, 2000).

Preferência Comunitária

Visa assegurar que o sistema de preços de garantia internos não seja minado pelas importações mais baratas de países terceiros, o que é conseguido por duas vias principais: o estabelecimento de um preço mínimo de entrada com a

função de evitar que produtos desses países entrem na União Europeia a preços capazes de perturbar os níveis aí prevalecentes; e a concessão de subsídios às exportações por forma a poderem concorrer com ofertas concorrentes de países terceiros nos mercados internacionais (Cunha, 2000).

Solidariedade Financeira

Impõe o compromisso de suportar em comum os custos de funcionamento da PAC, o que é feito a partir de um Fundo Comunitário específico – o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA). Na realidade, este Fundo apenas financia integralmente a componente de preços e mercados (secção-garantia), já que a componente sócio-estrutural (secção-orientação) apenas é parcialmente suportada pela UE, em percentagens que vão normalmente de 50 a 75% dos custos de cada programa de ação (Cunha, 2000).

2.3 As Reformas

Já nos anos 70, todos os países europeus faziam parte do grupo dos 10 primeiros exportadores agroalimentares mundiais assumindo a Comunidade Europeia (CE) o segundo lugar depois dos EUA. A evidência era irrefutável: a PAC tinha proporcionado um crescimento generalizado da produção e da produtividade agrícola da Comunidade Europeia.

Contudo, durante a década de 80, o continuado crescimento das produções e os preços altos que se verificavam nos cereais, leite e carne, resultaram num excesso de oferta face à procura, que originou excedentes, que acarretavam enormes custos de conservação, patentes no triplicar do orçamento do FEOGA-garantia.

A adesão de Portugal à CEE faz-se em 1986, coincidindo com o período de crise progressiva do modelo da PAC então vigente, crise essa que, haveria de culminar com a reforma de 1992. O processo de negociação do “dossier agricultura”, que durava desde 1980, foi progressivamente construindo o

conceito de “especificidade” da agricultura portuguesa, assente no atraso da agricultura portuguesa, que tornaria Portugal, proporcionalmente ao Produto e à população, no maior contribuinte líquido da Comunidade (Varela, 2007).

2.3.1 A reforma de 1992

Para acabar com a disparidade crescente entre a oferta e a procura e controlar as despesas agrícolas, o Conselho introduziu uma alteração radical na PAC, substituindo um sistema de proteção através dos preços por um sistema de ajudas compensatórias aos rendimentos.

Na sequência de uma baixa significativa dos preços garantidos das grandes culturas, as perdas de rendimentos daí resultantes foram compensadas por ajudas diretas por hectare. Relativamente às produções animais, as reduções dos preços da carne de bovino foram compensadas pela atribuição de prémios por cabeça de gado. Estas ajudas diretas por hectare e os prémios por cabeça de gado foram incluídos na «caixa azul» da Organização Mundial do Comércio (Parlamento Europeu, 2015).

Reconhecia-se, por outro lado, os danos causados a nível ambiental pela intensificação da agricultura verificada logo a partir do início da PAC, instituindo-se por isso, fundos para compensar os agricultores que pretendessem passar para uma agricultura mais equilibrada e “amiga do Ambiente”

Em 1997, em resposta à solicitação de 1995 do conselho europeu para que a comissão europeia precisasse as condições de alargamento aos países da Europa Central e Oriental, era apresentada a “Agenda 2000”, onde se descreviam, entre outros pontos, as Políticas da UE ao nível regional e agrícola.

2.3.2 Agenda 2000

Em meados dos anos 90, a UE possuía uma gama de instrumentos para concretizar objetivos de reestruturação agrícola, desenvolvimento

territorial/local e integração ambiental. Com o acordo sobre a reforma da Agenda 2000, estas medidas têm sido regidas por um regulamento principal sobre desenvolvimento rural. Dele consta um 'menu' de 22 medidas que permite aos Estados-Membros escolherem as que melhor servem as necessidades das suas zonas rurais. O passo seguinte consiste em incluí-las nos programas nacionais ou regionais respetivos. A contribuição da UE para o financiamento de medidas depende da medida e da região em causa (Comissão, 2006).

A Agenda 2000 estabeleceu a política de desenvolvimento rural como segundo pilar da PAC, para acompanhar a reforma suplementar da política comercial (primeiro pilar). A PAC é cada vez mais utilizada como meio para se alcançar o equilíbrio justo entre os dois pilares (Comissão, 2006).

Em resumo, as prioridades avançadas na "Agenda 2000" foram as que se apontam:

- melhorar a competitividade dos agricultores europeus;
- fazer face ao forte aumento da procura mundial, instituindo, por exemplo, benefícios aos países exportadores;
- procurar uma agricultura multifuncional, orientada para a segurança alimentar e proteção do Ambiente, para o desenvolvimento local e para a qualidade, sem esquecer o ordenamento do território;
- Modular facultativamente as ajudas diretas com o desígnio de apoiar o desenvolvimento rural e simplificar a regulação e a gestão da PAC;
- Impor o incremento da importância do Ambiente como parte integrante das atividades agrícolas: Eco-condicionalidade.

2.3.3 Reforma de 2003

Condicionada às negociações internacionais realizadas no seio da Organização Comum de Mercado e nas vésperas de mais um alargamento que alteraria drasticamente o número dos seus Estados-membros, impunha-se à CE a criação de condições para enfrentar esta nova fase.

Esta reforma intercalar, apresentada pela Comissão em 2002, veio aprofundar as orientações das anteriores reformas, mas propôs-se ir mais além. Tratou-se da reforma mais ambiciosa que a PAC conheceu, e teve em vista os seguintes objetivos primordiais (Corduvil *et al.*, 2004):

- tornar a PAC mais compatível com os pedidos dos países terceiros, na perspetiva da integração da política agrícola no rumo da globalização e no respeito pelas normas internacionais;
- reorientar a política agrícola para o mercado mundial, reduzindo a proteção face ao exterior e aumentando a liberdade de produção para os agricultores;
- preparar o alargamento da CE;
- responder melhor às novas solicitações sociais em matéria de preservação do ambiente e de qualidade dos produtos e, assim, aumentar a legitimidade e a aceitação por parte dos cidadãos comunitários e dos parceiros mundiais;
- salvaguardar e estabilização dos rendimentos dos agricultores;
- aumentar o equilíbrio na repartição dos recursos financeiros e reforçar o desenvolvimento rural;
- conseguir uma gestão mais simplificada e descentralizada das políticas adotadas, salvaguardando a sua eficácia e eficiência.

Esta política conduziu a uma extensa e progressiva modificação das OCM, traduzida em novas reduções dos apoios ligados aos preços e à produção, e na eliminação gradual das limitações quantitativas à produção. Gradualmente foi-se caminhando para uma liberalização dos mercados, adaptando a agricultura às necessidades da sociedade, diversificando e inovando a oferta (Corduvil *et al.*, 2004).

Por outro lado, acentuando a complementaridade dos dois pilares da PAC, a reforma de 2003 veio impor a modulação gradual obrigatória a partir de 2005, com transferência de verbas do 1.º para o 2.º pilar, a fim de reforçar o desenvolvimento rural, na sua vertente multifuncional, enquanto fornecedor de bens públicos de carácter ambiental e rural, e das zonas rurais (Corduvil *et al.*, 2004).

Foram ainda introduzidas, no âmbito do regulamento do desenvolvimento rural, novas medidas visando a promoção da qualidade dos alimentos e do bem-estar animal. Para os agricultores que voluntariamente participassem em regimes comunitários ou nacionais de promoção da qualidade dos alimentos, ou que excedessem as boas práticas pecuárias habituais, eram concedidos apoios que tinham em vista cobrir os custos suplementares que daí resultavam (Corduvil *et al.*, 2004).

2.3.4 Política de Desenvolvimento Rural 2007-2013

Em 2005 começa a preparar-se a programação daquele que viria a ser o quadro plurianual 2007-2013 para a PAC. Enquanto o 1º pilar da PAC prossegue com o reforço dos instrumentos introduzidos nas anteriores reformas e introduz um mecanismo de disciplina financeira para garantir que é respeitado o teto orçamental definido para o quadro plurianual 2007-2013, ao nível do 2.º pilar assiste-se a um importante passo de simplificação, com a junção dos instrumentos disponíveis num único quadro de programação e de financiamento da política de desenvolvimento rural, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). Este diploma reflete a análise exaustiva da Comissão sobre a política de desenvolvimento rural levada a cabo até então, a qual “evoluiu como elemento do desenvolvimento da PAC, de uma política que tratava dos problemas estruturais do setor agrícola para uma política virada para a multiplicidade de papéis que a agricultura pode desempenhar na sociedade e, em particular, os desafios que se colocam no seu contexto rural mais amplo” (Comissão, 2006).

Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal, valorizar o ambiente e o espaço rural através de apoio ao ordenamento do território, e promover a qualidade de vida nas zonas rurais e a diversificação da economia rural, foram considerados como os principais objetivos para prosseguir com a política de desenvolvimento rural, os quais se materializaram em diversas medidas que integraram os eixos que refletem os três objetivos políticos principais. Ao todo perfazem um total de trinta e oito medidas. Repartem-se por áreas tão diversas como os recursos humanos, o capital físico e a qualidade

dos alimentos, no que toca ao 1º eixo (da competitividade); a utilização sustentável das terras agrícolas e dos espaços florestais no âmbito do 2º eixo (do ambiente e gestão do espaço rural); e a diversificação da economia rural, a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e a formação, aquisição de competências e animação, no 3º eixo (da diversificação económica e qualidade de vida) (Comissão, 2006).

Prosseguiu a canalização de fundos do 1º pilar em favor do desenvolvimento rural ou de produções ou regiões sensíveis, que duplicou entre 2008 e 2012, deixando patente a crescente importância dada ao 2º pilar. Tais fundos permanecem no Estado-membro que os mobilizou, para serem utilizados por intermédio do 2º pilar, no apoio a novas medidas, como por exemplo as energias renováveis e a biodiversidade, ou na promoção da gestão de riscos associados ao setor agrícola e às zonas rurais (Massot, 2015).

CAPÍTULO III - REFORMA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM 2014 – 2020

3.1 Introdução

Em Dezembro de 2013, o Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia deu a aprovação formal aos quatro regulamentos que constituem a reforma da Política Agrícola Comum (PAC 2014-2020). O processo da reforma da PAC demorou três anos e foi a primeira vez em que o Parlamento Europeu participou – com a Comissão Europeia e o Conselho de Ministros – na elaboração da PAC.

A Política Agrícola Comum da EU tem evoluído ao longo dos vários quadros de programação, para dar resposta aos problemas das zonas rurais. Em concreto a PAC visa garantir o abastecimento alimentar, proteger o ambiente e desenvolver as zonas rurais de forma sustentável. Este grande objetivo está subjacente e imanente a toda a programação da PAC para o período 2014-2020.

A PAC 2014-2020 enfrenta múltiplos desafios. Económicos, Ambientais, Territoriais, enfrentados com um conjunto de objetivos de política, com o objetivo de aumentar a competitividade, melhoria da sustentabilidade e maior eficácia.

O orçamento da PAC 2014-2020 é de 408,31 mil milhões de euros, dos quais 312,73 mil milhões (76,6%) são destinados ao primeiro pilar – pagamentos diretos e organização do mercado – e 95,58 mil milhões ao segundo pilar – desenvolvimento rural. Portugal vai receber, em preços correntes, 8,1 mil milhões de euros. São 4,5 mil milhões para o 1.º Pilar: 3,9 mil milhões para os pagamentos directos e o restante para medidas de mercado. Já o 2.º Pilar conta com 3,6 mil milhões, a que acresce um envelope de 500 milhões de euros isento de co-financiamento. Este valor representa menos 500 milhões de euros para o País em comparação com o orçamento anterior (2007-2013). No 1º Pilar, naquilo que o ministério da Agricultura considerou «uma aproximação

parcial aos restantes Estados-membros», a ajuda média sobe dos actuais 186 euros/ha para os cerca de 200 euros/ha até 2020 (Parlamento Europeu, 2013).

A apresentação que se segue tem como linha de orientação a potencial influência que a nova reforma da PAC pode vir a ter junto das explorações agrícolas que subsistam com um maneio extensivo. Centrar-se-á portanto com mais detalhe, em questões como o bem-estar animal, segurança alimentar, ambiente e outras relacionáveis com aquele sistema de exploração, embora sejam apresentados outros regimes de ajudas a título informativo.

3.2 Pagamentos Diretos

3.2.1 Regime de Pagamento Base (RPB)

No novo quadro, surge o Regime de Pagamento Base (RPB), ao abrigo do qual vão ser atribuídos novos direitos ao pagamento. O ano de 2015 é, para a grande maioria dos agricultores, a única oportunidade que têm para pedir o estabelecimento de direitos definitivos. Em 2016, o acesso ao RPB com novos direitos irá fazer-se, fundamentalmente, através da Reserva Nacional.

Em 2015 têm acesso ao Regime de Pagamento Base todos produtores individuais ou coletivos que:

- sejam agricultores ativos;
- exerçam atividade agrícola em território continental nacional;
- apresentem um pedido de pagamento em 2015 com uma superfície mínima de 0,5 hectares;
- tenham um pedido único em 2013 (PU2013) com, pelo menos, 0,5 hectares elegíveis;
- cumpram os requisitos mínimos para a concessão de pagamentos diretos definidos na legislação nacional.

O número de direitos definitivos a atribuir a cada agricultor, corresponde à menor área elegível declarada entre 2013 e 2015. Quando a menor área a estabelecer direitos de RPB for a de 2015 e, simultaneamente, for inferior a 65% da área declarada em 2014, é acionada a cláusula dos ganhos

excepcionais, podendo esta situação originar avultadas perdas nos montantes de RPB comunicados provisoriamente ao agricultor (Reg. (EU) nº 1307/2013).

3.2.2 Pagamentos por Práticas Agrícolas Benéficas para o Clima e para o Ambiente (GREENING)

Este pagamento é concedido anualmente aos agricultores que tenham direitos de RPB e que nos hectares elegíveis cumpram as práticas do pagamento «Greening». Para tal, os agricultores devem cumprir práticas como a diversificação de culturas, manutenção dos prados permanentes e superfícies de interesse ecológico.

A atribuição do referido pagamento é realizada sob a forma de uma percentagem do valor total dos direitos ao pagamento de RPB que o agricultor tenha ativado com hectares elegíveis (Portaria nº57/2015, 2015).

3.2.3 Regime da Pequena Agricultura (RPA)

O Regime da Pequena Agricultura (RPA) irá servir para que os agricultores que, em 2015, sejam detentores de direitos de pagamentos atribuídos a título de RPB. A adesão ao RPA só é permitida em 2015 mas os agricultores abrangidos pelo RPA podem, em qualquer ano subsequente a 2015, formalizar a sua intenção de retirada expressa do regime no âmbito do Pedido Único. Os agricultores deixam de ter direito de participar neste regime, mas passam a poder utilizar os seus direitos de RPB. O pagamento anual pela participação no RPA é de 500€. Durante todo o período de participação neste regime, os agricultores devem manter o número de hectares elegíveis igual ao número de direitos de RPB que lhes foi atribuído quando aderiram em 2015 e ficam dispensados do cumprimento das práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente (Greening) (Portaria nº57/2015, 2015).

3.2.4 Apoio ao Jovem Agricultor

Este pagamento é concedido por um período máximo de cinco anos, sendo a esse período subtraído o número de anos decorridos entre a instalação e a primeira apresentação do pedido de pagamento para este apoio (não é contabilizado o ano em que se verifica a instalação). Considera-se jovem agricultor, a pessoa singular que não tenha mais de 40 anos de idade no ano de apresentação do Pedido do Pagamento. O montante anual do pagamento é calculado multiplicando o número de direitos ao pagamento que o beneficiário ativou com hectares elegíveis por um valor unitário que corresponde a 25% do montante que resulta do quociente entre o produto da aplicação de uma percentagem fixa sobre o limite máximo nacional para o ano civil de 2019 pelo número de todos os hectares elegíveis declarados. O limite máximo de direitos de pagamento ativados por jovem agricultor que podem dar direito a este apoio, é de 90 (Portaria nº57/2015, 2015).

3.2.5 Pagamentos Ligados

Desde a reforma da PAC de 2003, em que foi instituído o RPU (Regime de Pagamento Único), que os pagamentos diretos no âmbito do 1º pilar da PAC, são regra geral, desligados. Ou seja, independentes da cultura que se faça, ou de apenas se optar por manter as terras em boas condições agrícolas e ambientais. No entanto, a regulamentação tem dado margem para que os Estados-membros optem por fazer determinados pagamentos ligados, em sectores específicos, quando entendam que o risco de abandono é uma ameaça. Até à reforma que agora se implementou, manteve-se a possibilidade dos pagamentos à vaca em aleitamento e ovinos e caprinos (que sempre se mantiveram em Portugal), bem como da utilização de uma parte do envelope financeiro para determinados pagamentos propostos pelo Estado-membro.

Na reforma da PAC que agora se implementa volta a haver essa possibilidade de haver determinados pagamentos ligados. A Regulamentação Europeia permite os pagamentos associados voluntários por parte de cada Estado-membro, numa percentagem variável do envelope total de pagamentos diretos e previamente aprovados pela Comissão Europeia. A opção nacional foi de

atribuir pagamentos em 5 sectores, ao sector leiteiro por vaca leiteira, ao sector da carne de bovino, por vaca aleitante, ao sector dos ovinos e caprinos por fêmea reprodutora e ao arroz e tomate para indústria, por hectare cultivado (Despacho Normativo n.º 4/2015, 2015).

3.2.5.1 Pagamentos ao sector pecuário

Relativamente aos pagamentos aos sectores pecuários e relativamente aos anteriores modelos de pagamento, há um elemento diferenciador que é a inexistência de direitos a prémio. Não é necessário os produtores terem um histórico ou quotas de produção para que possam receber estes pagamentos ligados. Basta que cumpram o período de retenção com animais elegíveis e que se candidatem previamente.

Só são elegíveis as vacas que pariram nos últimos 16 ou 18 meses, consoante estejamos a referir o prémio à vaca leiteira ou vaca aleitante. Com esta exigência limitam-se os pagamentos por animais efetivamente produtivos. Podem ser pagos novilhos até 20% do total de prémios pagos por produtor. As fêmeas reprodutoras de ovinos e caprinos a partir de 1 ano também são elegíveis.

Para todos os prémios é exigido o cumprimento de um período de retenção (de 1 de Fevereiro a 31 de Julho no caso das vacas e de 1 de Fevereiro a 31 de Maio no caso das ovelhas e cabras). Será pelo número de animais elegíveis que os produtores mantenham durante o período de retenção que serão pagos (Despacho Normativo n.º 4/2015, 2015).

3.2.5.2 Pagamento Associado à Cultura do Arroz

Para que possam beneficiar deste pagamento os produtores deverão ter a cultura instalada em terrenos sistematizados especificamente para a cultura de arroz, devendo o método exclusivo de irrigação ser o alagamento e ter a cultura mantida em condições normais de crescimento até ao estágio de grão leitoso. A sementeira/plantação deve ser efetuada até 30 de Junho do ano do período. O pagamento será por hectare (Despacho Normativo n.º 2/2015, 2015).

3.2.5.3 Pagamento Específico ao Tomate para Transformação

Para beneficiarem deste prémio é necessário que sejam agricultores não associados ou em alternativa membros efetivos (sócios) de uma organização de produtores reconhecida (OP), que possuam pelo menos 0,5 hectares de superfície elegível e apresentem uma produtividade mínima de 60 toneladas/ha de superfície candidatada (Despacho Normativo n.º 2/2015, 2015).

3.3 Programa de Desenvolvimento Rural

Herdeiro do anterior PRODER, que vigorou entre 2007 e 2013, o atual Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) 2020 é o novo programa operacional de apoio específico aos agricultores portugueses, inserido no âmbito do quadro de apoios comunitários Portugal 2020. De acordo com o Ministério da Agricultura e do Mar, o PDR 2020 foi “um dos primeiros programas a ser enviado para a aprovação da Comissão Europeia e acabou por ser um dos quatro primeiros a ser aprovado, num total de 118 programas de desenvolvimento rural”, a nível europeu.

O Programa de Desenvolvimento Rural tem como principal objetivo “o crescimento sustentável do sector agro-florestal em todo o território nacional” e assenta nos seguintes objetivos estratégicos: crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura; promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos; criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural.

São também identificados como objetivos, transversais do PDR 2020, aumentar a capacidade de inovação, de geração e transferência de conhecimento para o setor agroflorestal e a melhoria do nível de capacitação e de aconselhamento dos produtores agrícolas e florestais, nomeadamente na gestão e utilização eficiente dos recursos.

Herdeiro do PRODER, o PDR 2020 vem acrescentar naturais ajustamentos e algumas alterações que importa destacar:

3.3.1 Aposta nas Organizações de Produtores (OP)

Para além dos incentivos específicos para Organizações de Produtores, oficialmente reconhecidos, o PDR 2020 insere majorações:

- Nos apoios ao investimento dos agricultores que pertencem a OP's (+10%);
- Em algumas medidas Agroambientais (+3%);
- No valor do prémio de instalação dos jovens (+ 5.000 €).

Esta circunstância deve levar a que as Cooperativas, procedam com maior celeridade ao seu reconhecimento junto das Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP's) (Ministério da Agricultura e do Mar, 2014).

3.3.2 Campo de Ação Alargado para o Aconselhamento Agrícola

Para além da condicionalidade, ele vai incidir em diversas áreas, entre as quais: a melhoria da competitividade das explorações, a inovação, a utilização de fitofármacos, o acompanhamento do plano empresarial dos jovens agricultores e o aconselhamento florestal. As entidades reconhecidas de aconselhamento, serão as entidades beneficiárias dos apoios para esta medida (Ministério da Agricultura e do Mar, 2014).

3.3.3 Maiores responsabilidades para o LEADER (Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural)

Os pequenos investimentos nas explorações (até 25.000€) e na transformação e comercialização (até 200.000€), em regiões cobertas pela ação dos Grupos LEADER, serão operacionalizados através destes (Ministério da Agricultura e do Mar, 2014).

3.3.4 Jovens Agricultores

Apoio para os Jovens (18-40 anos) que se instalem pela primeira vez numa exploração agrícola e que se candidatem à ação de investimento na mesma,

com um investimento mínimo de 40.000€. Para tal, o PDR prevê uma ajuda à 1ª instalação, um prémio base de 15.000 euros. A esta base pode acrescer:

- + 25% se os investimentos na exploração forem iguais ou superiores a 80.000 euros;
- + 50% se os investimentos na exploração forem iguais ou superiores a 100.000 euros;
- + 75% se os investimentos na exploração forem iguais ou superiores a 140.000 euros.

Este prémio pode ser majorado em 5.000 euros caso o promotor pertença a uma Organização ou Agrupamento de produtores reconhecido (Ministério da Agricultura e do Mar, 2014).

3.3.5 Investimento na Exploração Agrícola

Investimentos destinados a melhorar o desempenho e a viabilidade da exploração, aumentar a produção, criar valor, melhorar a qualidade dos produtos, introduzir inovação ou garantir a sustentabilidade ambiental, nomeadamente: máquinas e equipamentos, fundiários, plantações, sistemas de rega.

No PDR 2020, estes projetos são apoiados entre 30% a 70% de acordo com o seguinte (Ministério da Agricultura e do Mar, 2014):

Taxa base: 30%

Majorações à taxa base:

- +10% para regiões menos desenvolvidas ou zonas com condicionantes naturais;
- +10% se o beneficiário pertence a uma organização ou agrupamento de produtores;
- +5% se o projeto está associado a seguro de colheitas.

Majorações adicionais da taxa de apoio:

- +10% para jovens agricultores na primeira instalação;

- +20% para investimentos a realizar pelas organizações ou agrupamentos de produtores.

Taxa máxima aplicada à compra de tratores e outras máquinas motorizadas matriculadas:

- 40% em regiões menos desenvolvidas ou com condicionantes naturais;
- 30% para as outras regiões.

3.3.6 Pequenos Investimentos na Exploração

Investimentos físicos de pequena dimensão necessários ao desenvolvimento da atividade produtiva, nomeadamente: máquinas, equipamentos, pequenas construções agrícolas e pecuárias, pequenas plantações plurianuais, incluindo apoio a equipamentos de prevenção contra roubos. Investimentos iguais ou inferiores a 25.000 euros.

A taxa de apoio é de 50% nas regiões menos desenvolvidas ou zonas com condicionantes naturais e de 40% nas restantes regiões (Ministério da Agricultura e do Mar, 2014).

3.3.7 Investimento na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas

Investimentos destinados a melhorar o desempenho competitivo das unidades industriais, através do aumento da produção, da criação de valor baseada no conhecimento e na inovação, na melhoria da qualidade, garantindo simultaneamente a sustentabilidade ambiental das atividades económicas, nomeadamente, máquinas e equipamentos, construções e instalações fabris. Investimentos com valores entre os 200.000 euros e os 4.000.000 euros.

No PDR 2020, estes projetos são apoiados entre os 25% e os 55% de acordo com o seguinte (Ministério da Agricultura e do Mar, 2014):

Taxa Base:

- 35% para Regiões menos desenvolvidas;

- 25% nas restantes regiões.

Com as seguintes majorações:

- +10% em projetos promovidos por OP's ou AP's;
- +20% em caso de serem investimentos a realizar pelas OP's ou AP's no âmbito de uma fusão;
- +10% em operações no âmbito da Parceria Europeia de Inovação.

3.3.8 Pequenos Investimentos de Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas

Investimentos destinados a construção, aquisição, incluindo locação financeira ou requalificação de bens imóveis, compra ou locação-compra de máquinas e equipamentos novos, software aplicacional, estudos, propriedade industrial, diagnósticos, auditorias, planos de marketing e “branding” e projetos de arquitetura e engenharia associados ao investimento.

Os níveis de apoio variam consoante a localização do projeto, sendo o nível de apoio das regiões menos desenvolvidas ou com condicionantes, de 45% do investimento total elegível, e as restantes regiões têm um nível de apoio de 35% (Ministério da Agricultura e do Mar, 2014).

3.3.9 Criação de Agrupamentos e Organizações de Produtores

Apoio a AP's e OP's, oficialmente reconhecidas, que sejam Pequenas e Médias Empresas (PME's), com exceção do sector hortofrutícola. No caso do sector vitivinícola, OP's ou AP's que resultem de uma junção de 2 ou mais entidades coletivas, em que cada uma delas represente pelo menos 20% do volume total de negócios. Serão beneficiários deste apoio OP's ou AP's que apresentem um plano de ação aprovado em Assembleia-Geral para um período mínimo de 3 anos e máximo de 5 anos após reconhecimento, tenham sido reconhecidos como AP ou OP a partir de 12 meses anteriores à aprovação do PDR 2020 e demonstrem ter meios para assegurar o financiamento próprio das ações propostas no plano de ação.

O apoio é concedido anualmente, de forma degressiva, durante os primeiros 5 anos após o reconhecimento enquanto organização de produtores ou 3 anos enquanto agrupamento de produtores, numa base forfetária de 10% do valor da produção comercializada (VPC), até ao máximo de 60% do orçamento estabelecido para o plano de ação e até ao limite de 100.000 euros por ano (Ministério da Agricultura e do Mar, 2014).

3.3.10 Integração Empresarial: Operações de Cooperação Empresarial

Visa promover a cooperação empresarial entre organizações, através de contrato de consórcio, de parceria ou da participação societária em nova empresa criada para prestar serviços partilhados a duas ou mais organizações.

São beneficiários da medida PME's que se dediquem à transformação ou comercialização de produtos agrícolas. O beneficiário deve possuir situação económico-financeira equilibrada (indicador de autonomia financeira pré-projeto igual ou superior a 20%).

O nível de apoio a definir é de 65% ou 55% do montante elegível, respetivamente nas regiões menos desenvolvidas e nas outras regiões, sendo que no caso dos estudos de viabilidade o apoio pode atingir 75%, não podendo ultrapassar um limite máximo de apoio de 300 000 € (Ministério da Agricultura e do Mar, 2014).

CAPÍTULO IV - BREVE CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO AGRÍCOLA EM PORTUGAL

4.1 Uso das Terras

A Superfície Agrícola Útil (SAU) portuguesa representa um pouco menos de 3% da SAU da UE. Em 2012, a SAU portuguesa era de cerca de 3,7 milhões de hectares (39,5% da superfície total). Desta, cerca de 23% são ocupados por culturas temporárias, 19% por culturas permanentes e quase metade por prados e pastagens permanentes. Apenas 14,7% da SAU é irrigável (Ministério da Agricultura e do Mar, 2012).

De acordo com os critérios comunitários, Portugal tem 86,6% da SAU classificada como região desfavorecida (Fig. 1), da qual 30,8% em zona de montanha e 69,2% noutras zonas. Todo o território das Regiões Autónomas está classificado como zona desfavorecida. Uma parte significativa do território nacional, cerca de 21%, faz parte integrante da Rede Natura, que representa 16% da SAU (Ministério da Agricultura e do Mar, 2012).

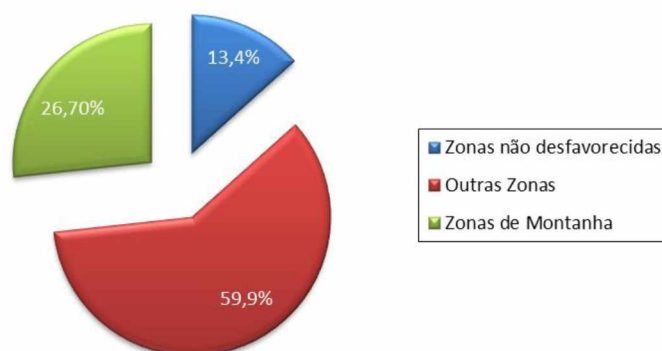


Fig. 1 - Distribuição da SAL

Fonte: "AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA – INDICADORES 2012"

4.2 Dimensão e distribuição das explorações

A empresarialização da agricultura, expressa pelo crescimento do número de sociedades agrícolas, tem contribuído para o aumento da eficiência do setor, devido à adoção de processos de gestão mais profissionais e economias de escala. As cerca de 10 mil sociedades agrícolas, embora representem apenas 3,8% do total das explorações agrícolas, gerem quase 1/3 da SAU e praticamente metade do efetivo pecuário (INE, 2014a).

As explorações agrícolas diminuíram 27% em dez anos. Contudo, a SAU média por exploração passou de 9 hectares em 1999 para 13,8 hectares em 2013, aproximando-se da média da UE 28 (14,4 hectares por exploração) (INE, 2014a).

As sociedades agrícolas têm vindo progressivamente a ganhar importância, em detrimento dos produtores singulares, e já exploram quase 1/3 da SAU e produzem 45,6% do efetivo pecuário. A realidade das empresas agrícolas é muito distinta das explorações de cariz mais familiar, apresentando uma escala consideravelmente superior. Em média, cada sociedade agrícola explora 114 hectares de SAU e 93 cabeças normais, respetivamente 12 e 21 vezes mais que os produtores singulares (INE, 2014a).

4.3 Trabalho Agrícola

A população agrícola familiar, formada pelo produtor e pelos membros do seu agregado doméstico, quer tenham trabalhado ou não na exploração, é constituída por 674,6 mil indivíduos, o que representa 6,5% da população residente em Portugal e corresponde a um decréscimo de 15,0% relativamente a 2009. A população agrícola familiar tem maior expressão nas Regiões Autónomas e no Alentejo, enquanto em Lisboa apenas representa 0,5% da população residente (INE, 2014a).

Os produtores agrícolas singulares são maioritariamente homens (68,3%) e têm em média 64 anos (63 anos em 2009), sendo que mais de 52,0% tem uma idade igual ou superior a 65 anos, continuando a ser os mais idosos da Europa (INE, 2014a).

A grande maioria dos produtores agrícolas apenas concluiu o ensino básico (70,0%) e somente 5,5% concluíram o ensino superior. Relativamente à formação agrícola, 84,6% contam unicamente com a sua experiência para desenvolver a atividade agrícola (formação exclusivamente prática), 14,0% frequentaram cursos de formação profissional relacionados com a atividade agrícola e apenas 1,4% possuem formação superior na área das ciências agroflorestais (INE, 2014a)..

Os produtores agrícolas trabalham em média 21,3 horas por semana, sendo que menos de 1/5 trabalha a tempo completo na exploração (225 dias ou 1 800 horas/ano ou 40 horas/semana). Praticamente 1/4 dos produtores agrícolas singulares (23,5%) declararam ter outras atividades lucrativas exteriores à exploração, situação com maior expressão nos produtores mais jovens (59,3% dos produtores com menos de 40 anos têm atividades complementares à exploração agrícola), enquanto nos mais idosos é praticamente residual a procura de outras atividades (4,2%) (INE, 2014a).

4.4 Comércio

Já em 1978, o parecer da Comissão sobre a adesão de Portugal à Comunidade Europeia chamava a atenção para o problema do défice comercial de produtos agrícolas. Nos últimos anos, a tendência geral continua a indicar um aumento em termos absolutos daquele défice.

As importações de produtos da agricultura e agroalimentares atingiram em 2013 um valor de 7,2 mil milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 5,6% face ao ano anterior. As exportações aumentaram 11,0% em relação a 2012, totalizando 3,5 mil milhões de euros. Deste modo, no ano de 2013 o saldo da balança comercial destes produtos registou um agravamento de 39 milhões de euros comparativamente ao ano anterior, correspondendo a um défice de 3,7 mil milhões euros (INE, 2014b).

Espanha continuou a ser o principal fornecedor de produtos agrícolas e agroalimentares a Portugal, representando 46,9% do valor total das importações em 2013, tendo reforçado em 1,4% o seu peso e, portanto, a sua

posição de liderança. Seguiram-se a França (peso de 9,9%), o Brasil (6,2%) e a Alemanha (4,8%). Relativamente aos principais clientes dos produtos nacionais, foi também a Espanha o destino mais relevante (peso de 38,1% em 2013), seguindo-se Angola (12,1%), França (9,6%) e Brasil (6,3%) (INE, 2014b).

Em termos de grupos de produtos importados, em 2013 as importações de “carnes e miudezas, comestíveis” superaram os “cereais” enquanto principal grupo de produtos agrícolas e agroalimentares provenientes dos mercados externos. Os grupos de produtos agrícolas e agroalimentares que mais contribuíram para o acréscimo do valor global das importações registado em 2013, face ao ano anterior, foram a “carne e miudezas, comestíveis”, as “frutas; cascas de citrinos; melões” e os “produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos comestíveis” (Fig. 2) (INE, 2014c).

No que respeita às exportações, o grupo de “gorduras e óleos animais ou vegetais” foi o que apresentou maior valor de exportação em 2013 e foi também o que registou um maior acréscimo em valor face ao ano anterior (INE, 2014c).

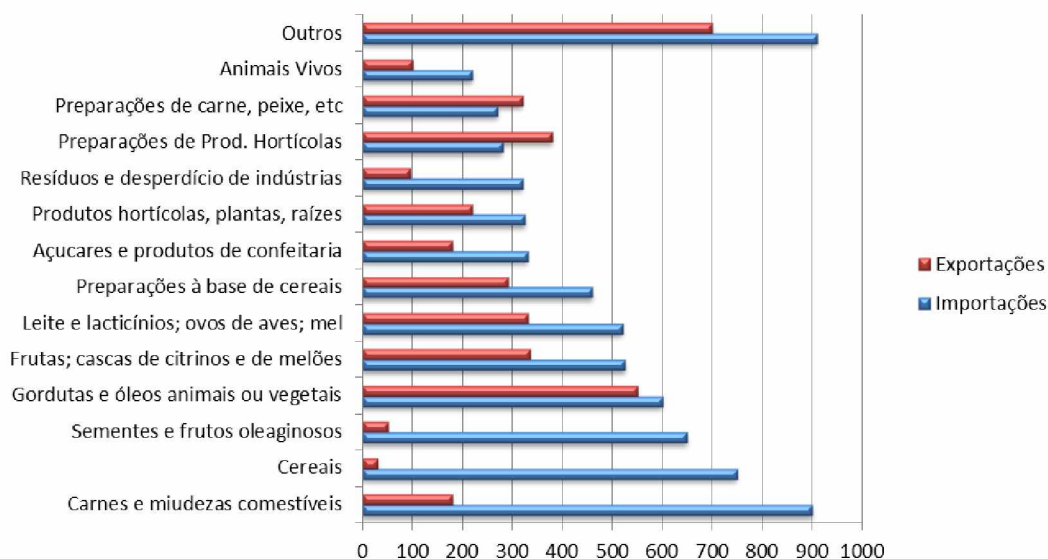


Fig. 2 - Estrutura do Comercio Internacional de Produtos Agroalimentares em Portugal (10⁶ Euros)

Fonte: “Contas Económicas da Agricultura 2014”

4.5 Tendências

4.5.1 Produção Agrícola

A produção vegetal em 2011 representava 52% na produção agrícola nacional, contra os 43,2% da produção animal. O sector dos serviços agrícolas assume um valor de 3% (Fig. 3) (Ministério da Agricultura e do Mar, 2012).

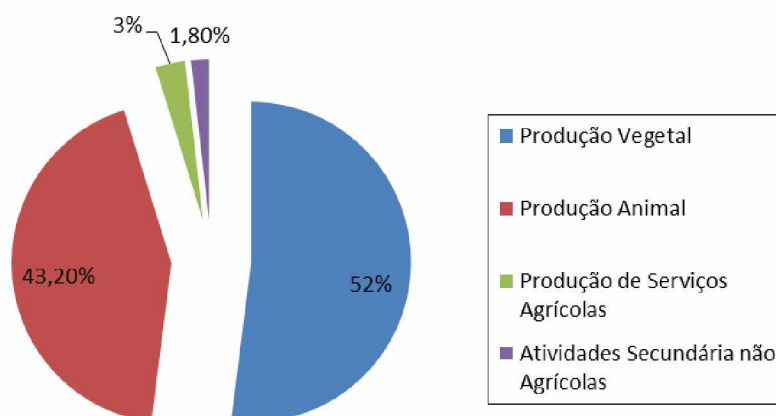


Fig. 3 - Produção Nacional 2011

Fonte: "AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA – INDICADORES 2012"

Em 2013, o índice de preços de produção dos bens agrícolas aumentou 5,7%. Os produtos que mais contribuíram para o acréscimo registado no índice de preços da produção dos bens agrícolas foram a batata, o azeite, os hortícolas frescos, o leite em natureza e os suínos. Pelo contrário, registaram-se decréscimos nos índices de preços das plantas forrageiras e dos cereais, em consequência dos melhores resultados obtidos na colheita de 2013 face à anterior (INE, 2014b).

Em 2013, o índice de preços dos bens e serviços de consumo corrente na agricultura aumentou 1,9% devido, sobretudo, ao aumento de 6,8% no índice de preços dos alimentos para animais (INE, 2014b).

O índice de preços dos bens de investimento na agricultura registou uma variação de +2,0% resultante de um aumento generalizado dos índices de

preços da maquinaria, edifícios não residenciais das explorações agrícolas e equipamento de transporte (INE, 2014b).

4.5.2 Produção Vegetal

Os três sectores mais importantes na Agricultura Nacional, no ano de 2011, aos quais correspondia pouco menos de dois terços do valor total da produção vegetal, eram o vinho, fruta e produtos hortícolas (Fig. 4) (Ministério da Agricultura e do Mar, 2012).

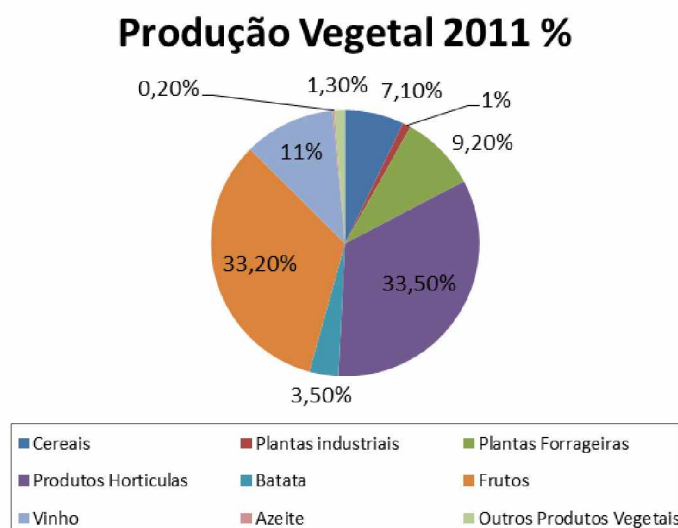


Fig. 4 Produção Vegetal em 2011

Fonte: "AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA – INDICADORES 2012"

O ano agrícola 2012/2013 (novembro 2012 a outubro de 2013) caracterizou-se por um inverno com valores de temperatura e precipitação próximos do normal, marcado pela ocorrência de alguns fenómenos extremos. A primavera iniciou-se muito chuvosa (o 2º março com mais precipitação em Portugal Continental nos últimos cinquenta anos). Não obstante este quadro climatológico ter provocado prejuízos pontuais, de um modo geral foi benéfico para a agricultura, permitindo ainda repor as reservas de água. O verão quente e seco que se seguiu promoveu o desenvolvimento normal das culturas (INE, 2014c).

Globalmente, as produções das culturas agrícolas aumentaram face a 2011/2012, ano agrícola penalizado pelas condições de seca extrema que atingiram todas as regiões do Continente. Destacaram-se as culturas do milho, com uma das maiores produções das últimas décadas (929,5 mil toneladas), da batata, com a maior produção das últimas quatro campanhas (487,7 mil toneladas), da maçã, com a maior produção da última década (287,3 mil toneladas) e do olival, cuja produção de azeite atingiu o nível mais elevado dos últimos cinquenta anos (999,9 mil hectolitros) (INE 2014c).

O ano agrícola 2013/2014 caracterizou-se, em termos meteorológicos, por um inverno com muita precipitação e ventos fortes, tendo fevereiro sido o mês mais húmido dos últimos 35 anos. A primavera foi normal e o verão pautou-se por temperaturas amenas e grande precipitação no final da estação, que prejudicou as colheitas das culturas de primavera/verão (INE 2014c).

Em 2014, a Produção vegetal decresceu em termos nominais (-5,2%) em consequência, nomeadamente, da diminuição do valor de cereais (-5,1%), vegetais e produtos hortícolas (-3,4%), batata (-34,4%), frutos (-3,1%) e vinho (-9,7%). À exceção do vinho, todos estes produtos apresentam decréscimos do preço, sendo que, em volume, apenas os cereais e o vinho deverão registar evoluções negativas (INE, 2014c).

Para a variação positiva do volume contribuíram, principalmente, as plantas forrageiras (+7,4%), os vegetais e produtos hortícolas (+3,3%), a batata (+15,0%) e o azeite (+3,0%) (INE, 2014c).

Quanto aos preços, a grande maioria das culturas vegetais apresentou preços mais baixos em 2014, sendo de salientar a batata (-43,0%), os vegetais e produtos hortícolas (-6,5%), os cereais (-4,6%) e os frutos (-4,6%) (INE, 2014c).

4.5.3 Produção Animal

No ano de 2011, o leite, os suínos e os bovinos foram, por essa ordem de importância, os sectores com as produções dominantes (Figura 5). Em detrimento do sector da produção de aves de capoeira, o sector bovino tem

vindo a aumentar marcadamente a sua importância (Ministério da Agricultura e do Mar, 2012).

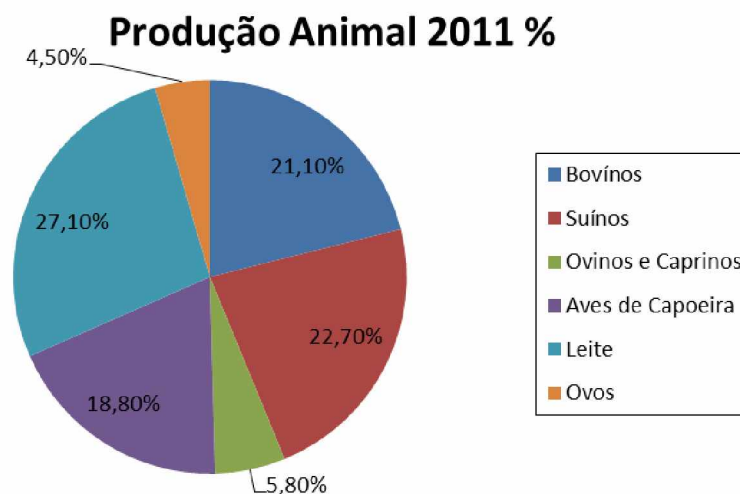


Fig. 5 - Produção Animal em 2011

Fonte: "AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA – INDICADORES 2012"

Em 2013, a produção de carne apresentou um decréscimo que, com exceção dos ovinos, foi generalizado a todas as espécies. O menor número de bovinos para abate devido ao menor número de nascimentos em 2012 (ano de seca), associado ao aumento da saída do país (nomeadamente para Espanha) de animais vivos jovens com menos de doze meses (vitelos e vitelões) foram algumas das razões do decréscimo da carne de bovino (INE, 2014b).

Seguindo a mesma tendência, a carne de suíno diminuiu 4,6% (em 2012 o decréscimo foi de 5,6%). Também pelo segundo ano consecutivo, reduziu-se a carne de suíno. A redução de efetivos devido à implementação das normas de bem-estar animal da UE (em vigor desde 1 de janeiro de 2013) foi uma das razões para a redução da oferta de porcos em 2013 (INE, 2014b).

Registou-se igualmente um decréscimo da carne de caprino, extensível aos cabritos e aos animais adultos e uma quase estabilização (-0,01%) da carne de animais de capoeira (INE, 2014b).

A produção total de ovos de galinha ascendeu a 125,5 mil toneladas (em 2012 a produção foi de 120,5 mil toneladas), em resultado do aumento de ovos para consumo. Esta evolução positiva é justificada pela reposição da capacidade produtiva perdida em 2012, ano em que se tinha dado a transição para o sistema de produção de gaiolas melhoradas, reforçada pelos novos investimentos realizados para produzir ovos no modo de produção de galinhas “no solo” (INE, 2014b).

A produção de leite foi de 1,9 mil milhões de litros, menos 4,4% que em 2012. Para a redução da produção de leite de vaca (-4,5%) contribuíram as condições de tempo quente no verão, particularmente nos Açores, e o elevado preço dos fatores de produção, nomeadamente dos alimentos para animais. Produtos lácteos frescos (como o leite para consumo) e fabricados (como o queijo e manteiga) seguiram a mesma tendência decrescente (INE, 2014b).

Em 2014, a produção animal registou um ligeiro decréscimo em termos nominais (-0,4%), em resultado das evoluções dos bovinos (-2,5%), suínos (-6,3%) e aves (-2,8%). Estima-se que a produção animal, em volume, aumente (+1,1%), ao contrário dos preços, para os quais é estimado um decréscimo (-1,5%) (INE, 2014b).

4.6 Necessidades Nacionais

Em 2013, Portugal produziu apenas 72,9% da quantidade de carne necessária para satisfazer as necessidades nacionais de consumo (76,0% em 2012). De referir que esta situação deficitária agravou-se 3,1 p.p. em resultado da diminuição dos graus de autoaprovisionamento das carnes de bovino, suíno e animais de capoeira (INE, 2014c).

O consumo de leite e derivados tem vindo a decrescer desde 2008, não ultrapassando em 2013 as 1 307 mil toneladas. Esta evolução no consumo teve por base reduções no consumo de leite entre 2008 e 2013 (-10,3%) (INE, 2014c).

Apesar do grau de autoaprovisionamento dos cereais de inverno ser estruturalmente baixo, o valor alcançado na campanha 2012/2013 (22,0%) foi o

mais elevado das últimas quatro campanhas. O escoamento para a alimentação animal registou um ligeiro acréscimo de 1,9% em relação à campanha 2010/2011 e um aumento de 4 mil toneladas (+0,1%) face à campanha 2011/2012 (INE, 2014c).

A produção de arroz branqueado em Portugal diminuiu 6,4% entre 2010/2011 e 2012/2013, tendo a última campanha, com 160 mil toneladas produzidas, apresentado um decréscimo de 4,2% face à campanha anterior (INE, 2014c).

A autossuficiência nacional em arroz branqueado na campanha de 2012/2013 diminuiu para 92,5% (98,3% em 2010/2011) (INE, 2014c).

Portugal não é autossuficiente em frutos, tendo importado, em média, cerca de 30% do que consumiu entre 2010/2011 e 2012/2013. Após um acréscimo de 14,6% na campanha 2011/2012, baseado no aumento de produção de frutos frescos e citrinos, a campanha 2012/2013 registou uma diminuição de 17,4% devido à redução das mesmas espécies (INE, 2014c).

Na campanha 2012/2013, embora a produção vinícola tenha registado um acréscimo (+12,2%) face à campanha anterior, o consumo humano registou um decréscimo acentuado (-16,5%), o que melhorou o grau de autoaprovisionamento em 35,6 p.p. correspondendo a um grau de autoaprovisionamento de 138,7% (103,1% na campanha 2011/2012) (INE, 2014c).

4.7 Rendimento da Atividade Agrícola

O Rendimento da atividade agrícola, medido através do Índice do rendimento real dos fatores na agricultura por unidade de trabalho ano, apresenta, para 2014, um decréscimo de 3,2% em relação ao ano anterior. Para esta evolução contribuiu a variação negativa do Rendimento real dos fatores (-6,1%) associada a uma redução do Volume de mão-de-obra agrícola (-3,1%). A evolução do Rendimento dos fatores reflete a diminuição do Valor Acrescentado Bruto (VAB) (-2,8%) e dos Outros subsídios à produção (-5,2%) (INE, 2014c).

De uma forma geral, ao comparar o peso do VAB agrícola no VAB nacional entre os triénios 2000-2002 e 2011-2013 nos diferentes Estados Membros, observa-se um comportamento relativamente homogéneo, com uma redução generalizada desse indicador na UE27, à exceção da Lituânia. Em Portugal o decréscimo entre triénios (-38,6%) foi superior à média da UE27 (-25,9%), mas inferior ao de outros países mediterrânicos, como Espanha (-40,5%) e Grécia (-47,7%) (INE, 2014c).

Comparando a evolução do Rendimento da atividade agrícola por Unidade de Trabalho Ano (UTA) entre os triénios de 2000-2002 e 2011-2013 para os diversos países da UE27, constata-se que o Rendimento da atividade agrícola em Portugal evoluiu de forma menos favorável (96,9) que a média dos Estados Membros (133,8). Contudo, a situação foi mais favorável que a observada em outros países com agricultura de cariz mediterrânico, como Espanha (94,0%) e Itália (87,6) (INE, 2014c).

CAPÍTULO V - CARACTERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO

5.1 Localização

A Herdade dos Capelães situa-se no conselho de Barrancos, freguesia de Barrancos, na margem esquerda do rio Guadiana. Ocupa uma área de 396 ha e tem como extremas: a Norte, a Ribeira dos Capelães, numa extensão de aproximadamente 4 km, a Sul, Este e Oeste, três outras explorações. Dista cerca de 95 km de Beja, 110 km de Évora, e cerca de 50 km da Barragem do Alqueva. De Sevilha dista cerca de 162 km e de Lisboa cerca de 240 km.

Esta exploração está situada numa zona considerada desfavorecida. A exploração apresenta uma série de particularidades vulgares nesta região, nomeadamente nos concelhos de Mourão, Barrancos e Moura: observam-se por toda a sua extensão o montado maioritariamente de azinho, os afloramentos xistosos, as zonas de matagais onde impera a esteva e a predominância de pastagens como primeira ocupação do solo.

A Fig. 6 esquematiza a localização geográfica da Exploração.

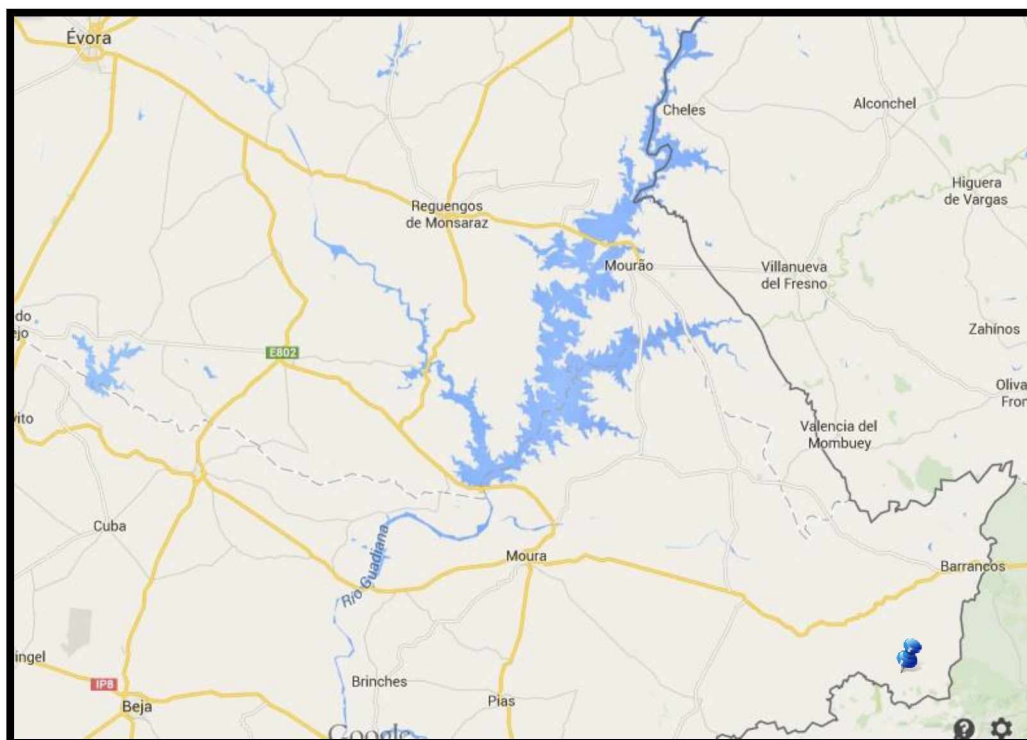


Fig. 6 - Localização Geográfica da Exploração em Estudo (escala 1:100000)

Fonte: "Google Maps"

5.2 Descrição

A Fig. 7 mostra um esquema ilustrativo da exploração, onde se distinguem duas zonas: Courela do Capelães e Pé de Cão.

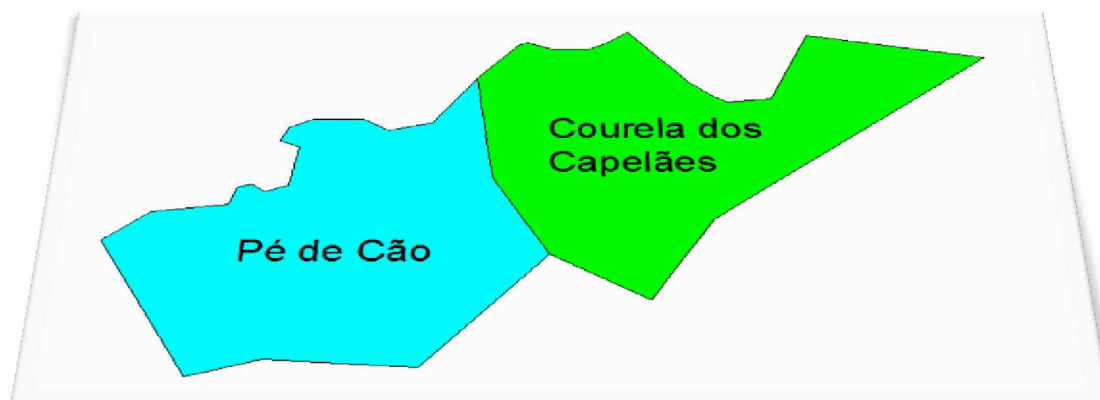


Fig. 7 - Mapa da Exploração (s/ escala)

A Courela dos Capelães (área representada a verde na Fig. 7) ocupa uma área de cerca de 181 ha, apresenta uma média de 25 árvores por hectare, pouco afloramentos rochosos xistosos, geralmente cobertos de esteva. Esta zona está dividida em 3 cercas, uma de 79ha, outra com 40ha e outra com 62ha. O abeberamento dos animais é feito por bombagem através de um furo. Embora a Ribeira dos Capelães faça extrema com duas destas cercas, o agricultor não quer correr riscos de que em caso de seca, os animais não tenham onde beber.

O Pé de Cão (área apresentada a azul na Fig. 7), contém maior número de afloramentos xistosos em áreas significativamente maiores que na Courela dos Capelães. O Montado de Azinho é mais débil e esparso, com uma densidade média de 9 árvores por hectare e as manchas de mato são mais frequentes, acompanhando sobretudo as zonas de rochas, já que, nos últimos anos, o agricultor tem feito apuradas desmatações nesta área, retirando o mato onde é tecnicamente possível. Esta zona tem 3 represas de água e está dividida em 3 cercas, de 95, 70 e 50 hectares (áreas aproximadas).

A herdade está vedada em todo o seu perímetro. A exploração é eletrificada, utilizando essa energia para o fornecimento de água aos animais e para monte de habitação.

5.3 Clima

A caracterização climática que se apresenta baseou-se nos registos da Estação Meteorológica de Amareleja (Latitude: 38°13'N; Longitude: 07°13'W; Altitude: 192m) no período de 1961 a 1990. Apresentam-se apenas as análises consideradas mais importantes, remetendo para o Anexo I o restante dessa caracterização.

5.3.1 Classificação Climática

Apresenta-se a classificação climática de Köppen para a região de Amareleja: Csa, - clima temperado com Verão seco (Verão quente - temperatura média do ar no mês mais quente do ano superior a 20°C). Por ser de uso muito difundido

e de conhecimento generalizado, esta classificação permite a comparação com os climas de inúmeras áreas do mundo, e daí a sua apresentação.

A fórmula climática de Thornthwaite é $C_1B'_2sa'$ que se traduz num clima sub-húmido seco, mesotérmico, de moderado excesso de água no inverno, com nula ou pequena concentração da eficiência térmica na estação quente.

O índice de aridez de Martonne (1926), dado pela expressão $M=R/(T+10)$, com R a representar a precipitação média anual em mm e T a temperatura média anual, toma o valor 19,7, classificando o clima da região como Semi-árido ($10 < M < 20$). Note-se no entanto o carácter transitório daquele valor (Sub-húmido: $20 < M < 30$)

5.3.2 Temperatura

Os valores das temperaturas mínimas, médias e máximas, apresentados na Fig. 8, dizem respeito a médias mensais. Com o intuito de facilitar a apresentação, sempre que utilizados daqui em diante evita-se o uso do termo “médio”. É evidente uma grande amplitude entre aqueles três parâmetros (Fig. 8). No Verão a amplitude diária média chega aos 18°C nos meses de Julho e Agosto, evidenciando uma continentalidade bastante marcada. Ao longo do ano, a amplitude da Temperatura mínima ronda os 12°C, a da Temperatura média chega perto dos 16 °C e a amplitude da Temperatura máxima sobe para cerca de 19°C.

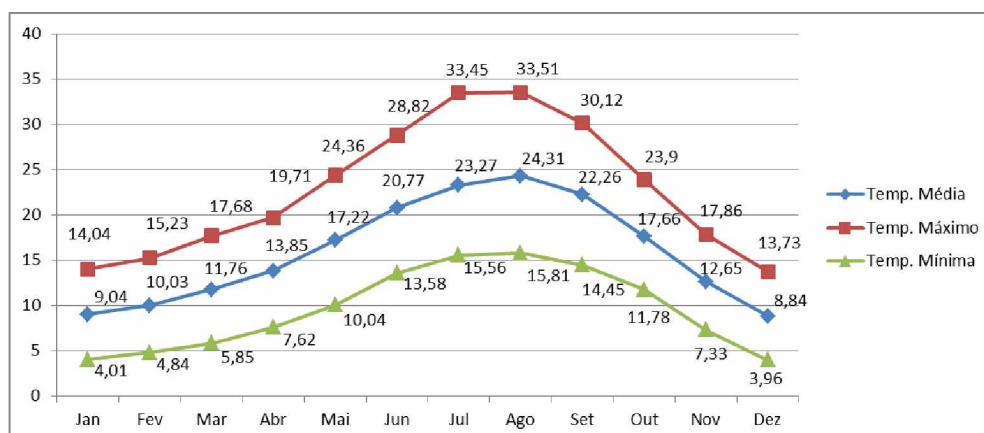


Fig. 8 - Temperaturas mínimas, médias e máximas na Estação Meteorológica de Amareleja (°C)

Fonte: "Normais Climatológicas" – Instituto de Meteorologia e Geofísica (1961-1990)

5.3.3 Precipitação

A distribuição anual da precipitação tipifica os climas mediterrânicos: concentra-se nos meses Outono-Invernais (Fig. 9) com 73% de precipitação média anual provocando, neste período, frequentes situações de excesso de água no solo. A contribuição dos meses de Primavera para a precipitação média anual, que soma 509,7 mm, ascende apenas a 22%.

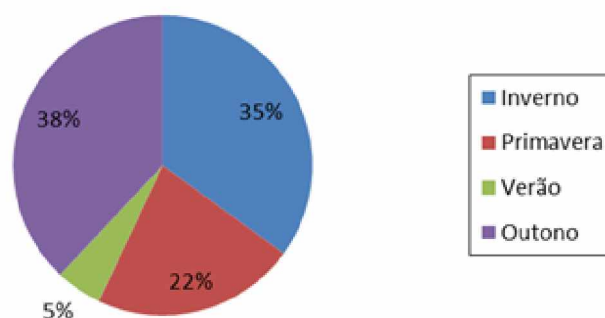


Fig. 9 – Distribuição da Precipitação pelas estações do ano

Fonte: "Normais Climatológicas" – Instituto de Meteorologia e Geofísica (1961-1990)

A Fig. 10 enquadra o integral pluviométrico pelo ano mais seco e mais húmido. É possível observar que a partir do mês de Abril as curvas se tornam praticamente horizontais, denunciando a fraca pluviosidade ocorrida nos meses de Verão. Aliás, já em Abril se acumulavam 83% da precipitação de todo o ano agrícola.

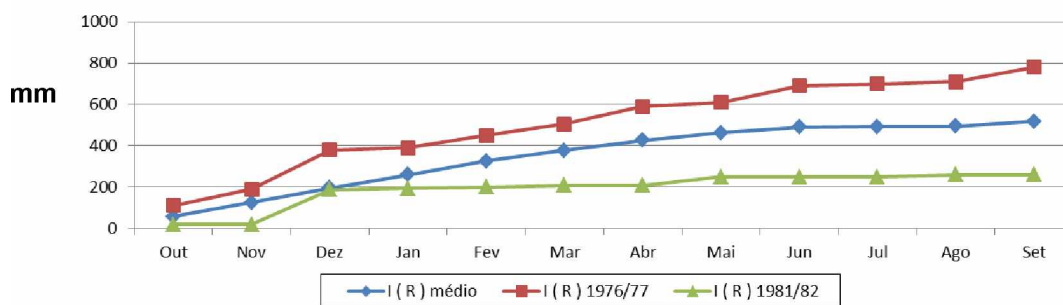


Fig. 10 - Enquadramento do integral pluviométrico pelos anos mais secos e mais húmidos

Fonte: "Normais Climatológicas" – Instituto de Meteorologia e Geofísica (1961-1990)

A Fig. 11 evidencia duas características fundamentais do clima mediterrânico: deficiência em precipitação no Verão (a estação seca dura cerca de 5 meses), manifestada, aliás, logo a partir do mês de Maio e alongando-se até Setembro, e precipitações concentradas na estação fria (nomeadamente de Novembro a Março), tornando-se excessivas em especial nos solos de drenagem deficiente.

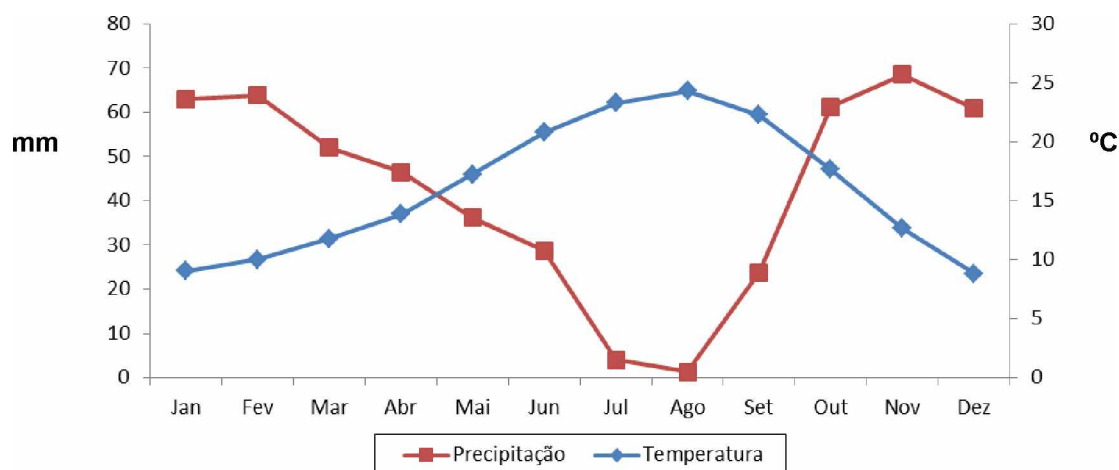


Fig. 11 - Diagrama ombrotérmico de Gausen estimado

Fonte: "Normais Climatológicas" – Instituto de Meteorologia e Geofísica (1961-1990)

5.4 Solos

Apresenta-se de seguida uma caracterização sumária dos solos presentes na exploração. A Fig. 12 permite perspetivar as diferentes categorias taxonómicas dos solos, a área que ocupam, e a sua localização.

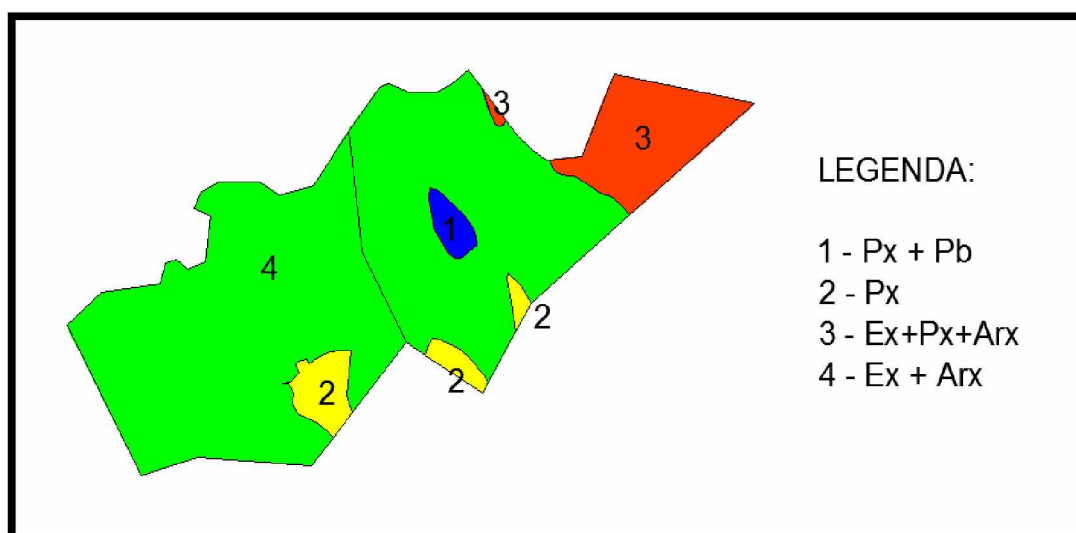


Fig. 12 - Perspetiva das famílias de Solos na exploração

Fonte: Adaptado de "Carta de Solos de Portugal"

No Pé de Cão predominam os Litossolos com Afloramentos Rochosos de Xistos ou Grauvaques, existindo ainda, uma pequena zona de Solos Pardos de Xisto ou Grauvaques;

Na Courela dos Capelães, não há predominância evidente de um só tipo de solo, apresentando a seguintes consociações:

- Solos Mediterrâneos Pardos de Xistos ou Grauvaques com Afloramentos Rochosos de Xisto ou Grauvaques com Litossolos (solos Esqueléticos) de Xistos ou Grauvaques (Ex + Px + Arx);
- Litossolos com Afloramentos Rochosos de Xistos ou Grauvaques;
- Solos Mediterrâneos Pardos de Xistos ou Grauvaques com Solos Hidromórficos sem Horizonte Eluvial, Para-Solos Argiluvitados Pouco Insaturados, de xistos ou grauvaques ou de materiais de ambos.

A Fig. 13 foi construída a partir da Carta de Capacidade de Uso do Solo. Permite um panorama das potencialidades e limitações agrícolas da área da exploração para culturas arvenses de sequeiro. A maioria dos Solos é representada pela Classe E, portanto, sem aproveitamento agrícola. Note-se apenas duas pequenas manchas que mereceram classificação D e outros complexos entre as classificações C, D e E.

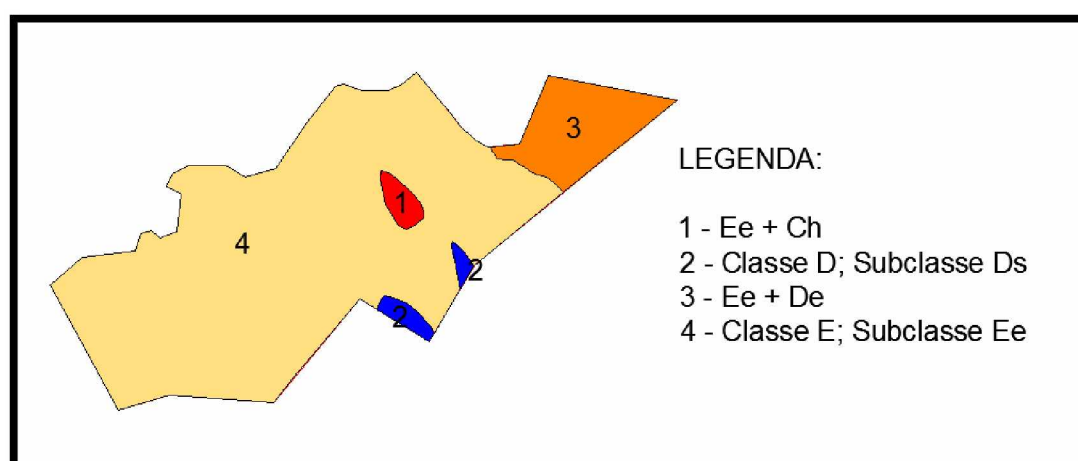


Fig. 13 - Perspetiva da Capacidade de Uso do Solo da exploração

Fonte: adaptado de "Carta de Capacidade de Uso de Portugal"

5.5 Mão-de-Obra

O fator trabalho assume-se como elemento essencial para o desempenho económico de qualquer exploração agrícola. É que este entra na exploração sob a forma de fluxo contínuo, não armazenável nem divisível, além de ser influenciado pelas características pessoais de cada trabalhador.

O fato de se tratar duma exploração agrícola direcionada prioritariamente para a pecuária extensiva, permite perspetivar a utilização de mão-de-obra de maneira um pouco diferente da de outras atividades agrícolas (culturas arvenses, etc). A ausência de sazonalidade e a complementaridade ao longo de grande parte do ano da maioria das tarefas inerentes a um manejo pecuário extensivo possibilita uma quantificação menos problemática compensadas por dias mais longos de trabalho, evitando-se a contratação de mão-de-obra temporária.

A mão-de-obra da exploração é constituída por dois trabalhadores assalariados, pelo dono da exploração e seu filho assegurando estes, parte da satisfação das necessidades de mão-de-obra da atividade agrícola.

Uma característica fundamental da mão-de-obra assalariada da exploração, reside no facto de estar apta à execução da maioria das tarefas inerentes à produção, não havendo nenhuma tarefa destinada exclusivamente a um trabalhador.

A Fig. 14 representa uma aproximação gráfica às necessidades de mão-de-obra da exploração comparando-a com as disponibilidades (8h/dia/trabalhador) ao longo do ano agrícola. As necessidades de mão-de-obra (Anexo II) conjugam as horas despendidas com o manejo extensivo com as horas afetas às operações culturais destinadas à desmatação. Com exceção do mês de Agosto, período de férias dos trabalhadores, as necessidades de mão-de-obra são perfeitamente satisfeitas. O défice de mão-de-obra é, geralmente, suprimido pelo proprietário e/ou pelo seu filho.

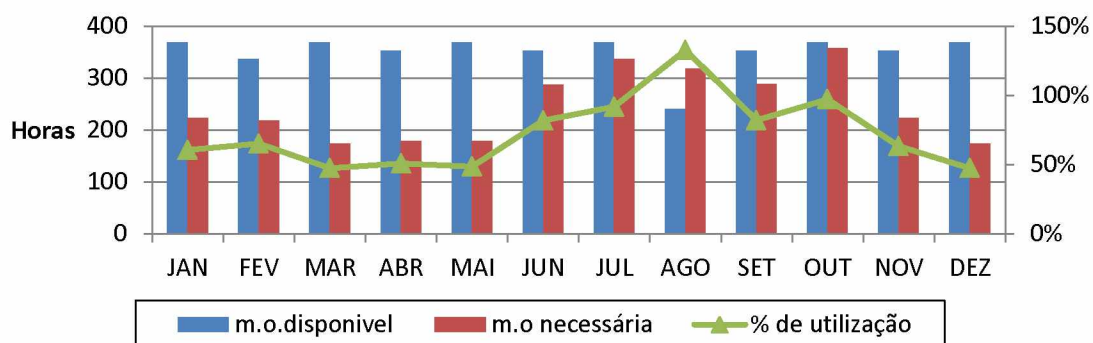


Fig. 14 - Comparação da mão-de-obra (horas) disponível com a necessária às tarefas de manejo pecuário

5.6 Parque de Máquinas

No Quadro 1 descrevem-se com detalhe os tratores existentes. Da sua leitura retém-se a idade avançada de algumas máquinas, que apesar disso, têm um razoável estado de conservação.

Quadro 1 - Parque de Máquinas

Tratores	Modelo	CV	Ano de Fabrico	Estado de Conservação
John Deere	2020	75	1970	Razoável
John Deere	6300	90	1997	Bom
Tractor de rastros contínuo	Modelo	CV	Ano de Fabrico	Estado de Conservação
Newholland	TK95M	95	2002	Muito Bom

Para além dos tratores, importa referir as seguintes máquinas e equipamentos:

- reboque Galucho de 5000 Kg;
- grade de discos Galucho, modelo GPR;
- corta-mato Joper, modelo CMJ;
- distribuidor de adubo centrífugo Aguirre;
- depósito de água de 20.000 L;
- depósito de água de 15.000 L.

5.7 Efetivo Pecuário

O efetivo pecuário é constituído por bovinos, suínos e equídeos, sendo o encabeçamento da exploração de 0,56 CN/ha (especifica-se no Anexo III o cálculo do encabeçamento). Os equídeos (20 animais de raça Lusitano) são utilizados apenas como “hobby” do agricultor, pelo que, não se fará neste trabalho, a sua caracterização detalhada.

5.7.1 Bovinos

Os bovinos constituem a principal unidade de produção da exploração e destinam-se à obtenção de animais jovens para venda. Os animais são vendidos entre os 6 e os 9 meses de idade.

O Quadro 2 resume a constituição do efetivo bovino. Esse efetivo apresenta 169 fêmeas adultas e 23 novilhas de substituição, das quais 68 são de raças autóctones (Mertolengas, embora não inscritas no livro genealógico da raça), e as restantes são F1 e apresentam cruzamentos entre as raças B.B.B. (raça bovina Azul e Branco da Bélgica, mais conhecida como B.B.B.), Limousine (exóticas) e Mertolenga. O efetivo apresenta, ainda, 6 touros adultos de raça Limousine e 2 novilhos de raça Blonde D'aquitaine.

Quadro 2 - Efetivo Bovino

	Mertolenga	Limousine	Blonde D'aquitaine	Cruzada (F1)	Total	% Substituição	
Machos (> 2 anos)		6			6	-	Relação F/M
Fêmeas (> 2 anos)	68			101	169	-	
Machos (< 2 anos)			2		2		
Fêmeas de Substituição (< 2 anos)				23	23	13,6%	
				Total	200		24

5.7.1.1 Maneio Reprodutivo

A cobrição é por monta natural, e a época de parição inicia-se geralmente em meados de Julho, prolongando-se até Janeiro/Fevereiro. A Figura 15 ilustra a distribuição dos partos (bem sucedidos) ao longo do ano de 2014. É evidente a concentração de nascimentos nos meses de Verão nomeadamente em Agosto, em que ocorreram 64 nascimentos.

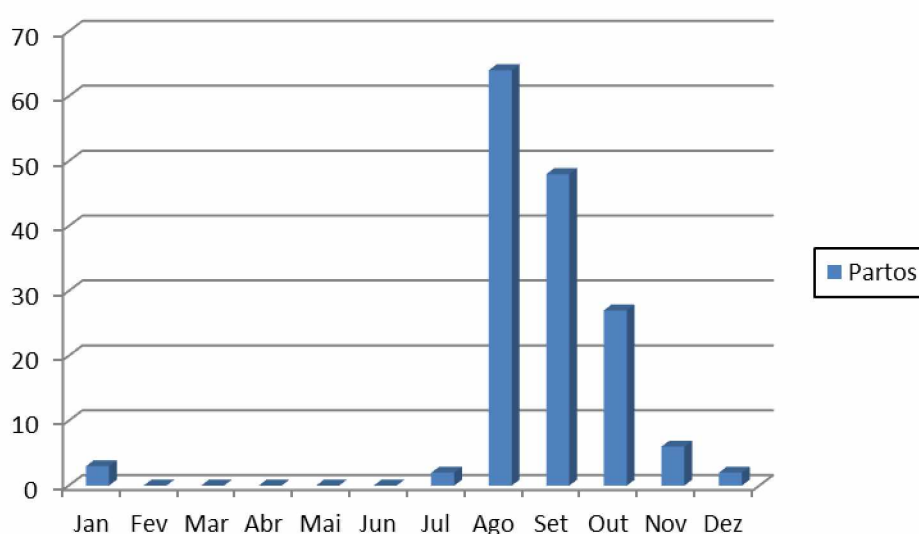


Fig. 15 - Época de parição de 2014 - distribuição dos nascimentos ao longo do ano

5.7.1.2 Maneio Alimentar

O pastoreio direto é a prática corrente em termos de manejo alimentar, procurando-se um regime de rotação de cercas, permitindo suprimir as necessidades alimentares dos animais com recurso mínimo a suplementos alimentares (fenos, concentrados, etc). A partir dos meses de Outubro/Novembro, os animais percorrem as cercas com maior densidade de montado de azinho para aproveitamento da bolota (rica em energia mas pobre

em proteína – que se tem perfilado como um excelente complemento alimentar).

Nos meses de Inverno, é fornecido ao rebanho, como suplemento à sua dieta alimentar, feno de pastagem naturais ou palha de cereais (trigo, aveia, cevada). Pelo facto de a exploração ter um encabeçamento bastante alto, em relação aos recursos alimentares da exploração, não seria válido fazer uma produção própria desse mesmo feno, recorrendo o agricultor à sua compra.

5.7.2 Suínos

Os suínos constituem uma unidade de produção bastante inferior à dos bovinos.

O efetivo suíno desta exploração apresenta 14 porcas gestantes, 1 varrasco de raça Alentejana (embora não inscritos) e 87 porcos com idades entre os 10 e 11 meses.

5.7.2.1 Maneio Reprodutivo

Numa exploração de suínos realizam-se 2 partos/porca por ano e o número de leitões obtidos por porca ao desmame varia entre os 5 e os 8 leitões. A cobrição é por monta natural e os dois períodos de parição ocorrem entre Novembro-Dezembro e Maio-Junho. Nesta exploração, os leitões nascidos no primeiro período são vendidos ainda como leitões. No segundo período pretende-se que a venda seja feita um ano e meio após do seu nascimento (Janeiro / Fevereiro).

5.7.2.2 Maneio Alimentar

O pastoreio direto é a opção corrente. Como suplementos alimentares, são dados diariamente cereais e/ou suplementos concentrados. Para além disto, o Porco Alentejano é explorado em regime extensivo, num sistema agro-silvo-pastoril que culmina na montanheira – engorda intensiva dos animais nos

montados de azinho, durante três ou quatro meses que decorrem, entre o final de Outubro até Fevereiro.

5.8 Pastagem

A pastagem natural é um dos fatores essenciais à sustentabilidade e, consequentemente, ao sucesso duma atividade agrícola assente na pecuária extensiva. Pela sua importância, caracterizá-la, ainda que de modo sucinto, é fundamental, pois permitirá uma primeira visão das suas potencialidades e limitações, parâmetros que condicionarão, certamente, objetivos a atingir, rumos a seguir, planeamentos a delinear.

No Quadro 3 mostram-se as principais espécies presentes na pastagem bem como algumas das suas características e requisitos (agrupadas em leguminosas e gramíneas).

Quadro 3 - Principais características e exigências de algumas das principais espécies presentes na pastagem

	Exigências edáficas		Exigências Climáticas	
	Textura	pH	Temp. ótima (°C)	Exig. De Precipitação (mm)
Leguminosas				
<i>Trifolium subterraneum</i>	franco-arenosa a franca	4,5 a 5	18-25	300-650
<i>Medicago rugosa</i>	argilosa	n. limitante	18-25	
<i>Vicia sativa</i>	franca a argilosa	> 6,0	15-25	
Gramíneas				
<i>Lolium perene</i>	franca a argilosa	5 a 6	18-20	400-550
<i>Dactylis glomerata</i>	franca a argilosa	> 5,0	18-25	

Fonte: Secção de Agricultura. Instituto Superior de Agronomia. Lisboa

Para além das espécies mencionadas aparecem variadíssimas outras, de forma espontânea, de que são exemplo a Sula (*Hedysarum coronarium*), a

Língua de Ovelha (*Plantagos Lagopus*), a Junça (*Cyperus esculentus*), a Erva Pata (*Oxalis pes-caprae*), a Pega saias (*Setaria verticilata*), o Focinho de Rato (*Misopates orontium*), Alpista (*Phalaris canariensis*), Poejo (*Mentha pulegium*), Balanco (*Avena barbata*), Margaça (*chamaemelum mixtum*), Leituga-brava (*Lactuga vimenea*), etc.

5.9 Apoios

Apresentam-se neste ponto as principais relações institucionais com os organismos ligados à Agricultura – Ministério da Agricultura, Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP). O Quadro 4 resume as ajudas afetas à exploração no ano de 2014.

Quadro 4 - Resumo dos apoios instituídos

Tipo de relação	Descrição	Valor Unitário	Total
Quotas de Vacas Aleitantes	164 direitos	187,40 €	30.733,60 €
Agro-Ambientais	150 ha	13,09 €	1.963,50 €
Montado de Azinho	324,35 ha	21,11 €	6.847,03 €
Regime de Pagamento Único	364,24 direitos	36,15 €	13.167,28 €
		Total	€ 52.711,40

5.10 Breve Caracterização Económica

Apresentam-se neste ponto alguns resultados económicos referentes ao ano 2014. Calculam-se para cada Unidade de Produção (UP bovinos e UP suínos) o Produto Bruto (PB), o Valor Acrescentado Bruto (VAB = Valor da produção – Custos de produção, expeto salários) e um indicador que se designou Rendimento Operacional da Unidade de Produção que resulta da fórmula $RO_{UP} = VAB - \text{Salários} + \text{Subsídios}$ e que permite uma comparação mais real das performances económicas das UP que a conseguida entre VABs. O valor dos salários indicado para cada UP é baseado na percentagem estimada de mão-de-obra que cada unidade de produção consome (Fig. 16). Esta estimativa

deixa de fora a mão-de-obra consumida pelas outras atividades agrícolas (desmatações, saneamento das quartelhas dos porcos e dos currais dos bezerros, arranjos em vedações e paredes caídas (paredes de pedra ainda existentes em algumas zonas da exploração, etc) que na exploração são diretamente relacionadas com aquelas UPs. Portanto, em rigor, são as UP bovinos e UP suínos que no final beneficiam dessas atividades e consequentemente, dever-se-ia ter contabilizados nelas a totalidade do montante gasto com a mão-de-obra da exploração. Contudo, determinar para cada unidade de produção a quantidade de mão-de-obra gasta com essas outras atividades é, na prática, impossível com rigor.

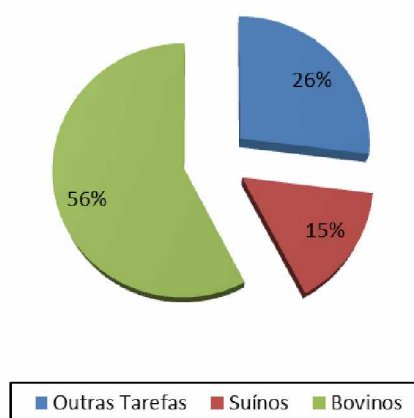


Fig. 16 - Percentagem de utilização da mão-de-obra pelas UP

O Quadro 5 resume os indicadores calculados. O PB e o VAB da UP Suínos é mais de seis vezes superior ao valor que este indicador apresenta para a UP Bovinos. Acontece o mesmo no que concerne aos salários, uma vez que, neste caso, os valores pagos por animal da UP suínos é bastante superior ao da UP bovinos. Apesar de que, o valor do subsídio por cada suíno seja nulo (ao contrário do que acontece na UP bovino), o indicador RO_{UP} é sensivelmente quatro vezes superior no caso da UP suínos relativamente à UP bovinos.

O Quadro 5 apresenta também os valores totais dos indicadores referentes ao todo da exploração e um índice semelhante ao RO_{UP} , designado Rendimento Operacional da Exploração (ROE) que resulta da fórmula $ROE = VAB_{total} - Salários_{total} + Subsídios_{total}$. Uma vez que neste caso não é necessária a divisão dos montantes pagos pelas unidades de produção, o ROE já contempla a totalidade do montante pago em salários e do montante recebido em subsídios (incluindo Agroambientais e RPU).

Verifica-se que as ajudas diretas (subsídios) de que a exploração é beneficiária assumem uma grande importância no seu desempenho económico: 45% da parte positiva do ROE é-lhes atribuída. Logo, são uma fonte de receitas deveras relevante a ter em conta no planeamento futuro da exploração.

Quadro 5- Alguns indicadores económicos da exploração em 2014

	Valores unitários			
	UP Bovinos		UP Suínos	
PB	405,34	€/animal	2.610,00	€/animal
VAB	325,80	€/animal	2.170,56	€/animal
Salários	68,59	€/animal	372,00	€/animal
Subsidios	198,60	€/animal	0,00	€/animal
RO_{UP}	455,81	€/animal	1.798,56	€/animal
	Total (€) / UP			
	UP Bovinos		UP Suínos	
PB	68.502,46	€	36.540,00	€
VAB	55.060,20	€	30.387,84	€
Salários	11.591,71	€	5.208,00	€
Subsidios	33.563,40	€	0,00	€
RO_{UP}	77.031,89	€	25.179,84	€
	Total (€) da Exploração			
PB	105.042,46			
VAB	85.448,04			
Salários	16.799,71			
Subsidios	33.563,40			
Outros subsídios	21.977,80			
ROE	124.189,53			

CAPÍTULO VI - CENÁRIOS DE VIABILIDADE

6.1 Introdução

Tendo em conta a análise da reforma da Política Agrícola Comum 2014-2020 apresentada no 3º Capítulo deste trabalho, surge a necessidade de enquadrar na nova PAC a exploração agrícola caracterizada no 5º Capítulo. Além disso, porque sem dificuldade a tomamos como exemplo do “extensivo nacional”, procura-se também retirar desse enquadramento ilações sobre a viabilidade daquele tipo de manejo, tendo-a como referência e aos cenários que lhe sejam colocados no sentido da sustentabilidade.

6.2 Situação da exploração à entrada da nova PAC, em 2015

A entrada em vigor da nova PAC trará mudanças importantes para a exploração. Procura-se neste ponto esclarecer o seu enquadramento institucional mediante tais mudanças, aclarando as modalidades de apoio e decifrando os montantes que lhes estão inerentes.

O Quadro 6 antevê a situação da exploração aquando da adoção em 2015 e pressupondo a manutenção dos efetivos bovino e suíno. O montante a atribuir de Regime de Pagamento Base (RPB) é calculado numa percentagem fixa do montante calculado para 2014, antes de reduções e exclusões, relativamente ao Regime de Pagamento Único (RPU), comercialização de arvenses e de azeite e azeitona de mesa (contabilizados na totalidade), prémio às vacas aleitantes e comercialização de carne de bovino (contabilizados parcialmente na percentagem de 48,6%) (Anexo IV).

Como referido no capítulo 3, surge nesta nova PAC um prémio adicional para práticas agrícolas e benéficas para o clima e ambiente, também denominado por Greening. Esse prémio corresponde a uma percentagem do valor dos direitos ativados, que é calculada dividindo o montante do Greening pelo valor total de todos os direitos ativados anualmente.

Quadro 6 - Cálculo do montante das ajudas diretas em 2015

Área forrageira (ha)		396	
	nº	Montante Unitário (€)	Montante Global
Vacas aleitantes (partos nos ultimos 18 meses)	152	120	18.240,00 €
Novilhos até 20%	25	120	3.000,00 €
Suíños	14	0	
		Total	21.240,00 €

RPU 2014	364,24	36,15	13.167,28 €
Percentagem Fixa	59,88%		
Direitos provisórios	392,33		
VAL (48,6%)	30.733,60 €	0,486	14.936,53 €
VUI	42,90 €		
RPB 2015 (€/ha)	45,75		
RPB 2015 Total	17.949,10 €		
Greening (60,82% RPB)	10.916,64 €		
Total	28.865,74 €		

TOTAL	50.105,74 €
--------------	--------------------

Uma nota importante é que este valor de RPB não será igual ao longo dos anos desta PAC 2014-2020. O valor unitário dos direitos irá sendo progressivamente ajustado, de modo que, em 2019, todos os direitos tenham um valor tendencialmente uniforme. O Valor Unitário Nacional será como o ponto para onde os RPB's deveram convergir. Todos os RPB's inferiores a 90% deste VUN em 2019 deveram aumentar em 1/3 de 90%VUN2019 – Valor Unitário Individual. Sendo o VUI de 42,90 €/ha < 90% VUN (VUN = 95,23€), esse valor irá aumentar de acordo com o quadro 7.

Quadro 7 - Variação do RPB ao longo dos anos da PAC 2014-2020

VUI	Variação Total	Variação Anual	2015	2016	2017	2018	2019
42,90	14,27	2,85	45,75	48,61	51,46	54,32	57,17

Apesar da diminuição do Prémio por Vaca em Aleitamento, a situação da exploração melhora no novo quadro comunitário. A conversão do RPU para RPB, o surgimento do pagamento Greening e ainda a previsão de subida do RPB durante os anos seguintes até 2019, são os responsáveis pelo aumento dos pagamentos diretos para esta exploração.

6.3 Opções

Da análise feita à exploração apresentada no capítulo anterior pode concluir-se que a produção é balizada na pecuária extensiva pelos recursos limitados, que excluem à partida outras alternativas de produção, como a de culturas arvenses de sequeiro, de regadio, etc.

A sustentabilidade duma exploração que utilize um manejo pecuário extensivo passa, também por uma correta densidade de animais (encabeçamento). Se adotarmos a definição de produtividade primária como produção de biomassa pela componente autotrófica (plantas) de cadeia alimentar e a de produtividade secundária como a produção de biomassa pela componente heterotrófica (animais) de cadeia alimentar então, no regime extensivo, o encabeçamento ótimo em termos técnicos e em termos económicos é muito semelhante, já que com este manejo, interessa sobretudo, maximizar a produtividade secundária por unidade de área.

Contudo, se tivermos em atenção a grande variação ao longo do ano, não só na quantidade, mas também na qualidade (energia, proteína, etc) da produção de pastagens, fruto das condicionantes climáticas do clima mediterrânico (precipitação mal distribuída e concentrada nos meses de Inverno), maximizar o número de animais que as disponibilidades alimentares permitem sustentar com recurso mínimo a “inputs” externos não é tarefa simples.

Aliás, nas condições em que a exploração se insere, parece ser essa a condicionante mais restritiva ao evoluir do número de animais, já que, embora o encabeçamento médio deva obedecer a diretivas comunitárias que impõe limites máximos de prémios a receber, estes não parecem neste caso constituir limitação. Note-se para tal, que na maioria das medidas impõem um

encabeçamento máximo de 2 CN/ha, o que multiplicado pela área de pastagem da herdade resultaria aproximadamente em 792 CN. Este valor afigurar-se-ia manifestamente insustentável já que, aquele número de CN corresponde a um aumento de quase quatro vezes o efetivo atual, que os fracos recursos alimentares da exploração possivelmente não comportariam.

Sendo os recursos limitados, a viabilidade da exploração passa por potenciá-los em patamares de produção superiores mantendo-se a procura da sustentabilidade. Conseguir um incremento significativo de produção da pastagem quer em termos de qualidade, quer em termos de quantidades, dificilmente possibilitaria um aumento do número de animais, e portanto, não será um objetivo a seguir.

As medidas a seguir apresentadas, já existiam no anterior quadro comunitário, tendo sofrido contudo algumas alterações nomeadamente no que concerne aos benefícios e compromissos.

6.3.1 Medidas Agroambientais

A nova PAC valoriza aspetos relacionados com o ambiente e o bem-estar animal. Basta lembrar, como exemplo, a medida “Greening”, que é incorporada nas ajudas diretas. As medidas Agroambientais revestem-se por conseguinte de especial interesse, portanto impõem controlo mais dinâmico das práticas agrícolas “amigas do ambiente” e permitem, simultaneamente, financiar em maior ou menor extensão a adoção dessas práticas. Do vasto conjunto de medidas disponíveis, de três sobressai o interesse para a exploração em estudo, as quais se expõem de seguida, resumidamente:

6.3.1.1 Medida 7.3 – Pagamentos Rede Natura

Por Rede Natura 2000, entende-se as áreas classificadas para efeitos de proteção da biodiversidade no âmbito da rede ecológica comunitária.

O agricultor que desenvolve as suas atividades nestas áreas assume-se como o elemento central na manutenção e adoção de práticas essenciais à

manutenção dos valores naturais em presença nessas áreas. O agricultor deverá desenvolver as suas atividades na presença de restrições existentes nestas áreas e tem obrigações que vão para além das boas condições agrícolas e ambientais.

O Pagamento Rede Natura tem como objetivo valorizar, restaurar e proteger a biodiversidade no âmbito da rede ecológica comunitária e visa compensar parcialmente os agricultores pelas restrições ao exercício da atividade agrícola (Ministério da Agricultura e do Mar, 2014).

O Quadro 8 resume os montantes das ajudas inerentes a esta medida, os compromissos e critérios serão apresentados no Anexo V com maior detalhe.

A exploração em estudo enquadra-se na Área Condicionada do tipo 2.

Quadro 8 - Montante e limites do apoio "Pagamentos Rede Natura"

Montante e limites do apoio "Pagamento Natura"		
Escalões de Área (ha)	Área Condicionada tipo 1	Área Condicionada tipo 2
Até 100	€ 20/ha	€ 40/ha
> 100 ≤ 300	€ 16/ha	€ 32/ha
> 300	€ 12/ha	€ 24/ha

6.3.1.2 Medida 7.7.2 - Pastoreio Extensivo – Apoio à Manutenção dos Sistemas Agro-Silvo-Pastoris Sob Montado

O apoio ao pastoreio extensivo tem o objetivo de assegurar a manutenção de modos extensivos de exploração pecuária que, associada a uma utilização sustentável dos recursos naturais, permite trazer benefícios agroambientais nos territórios onde se insere.

O sistema agro-silvo-pastoril sob montado de azinho, sobro ou carvalho negral, constitui um sistema de elevado valor natural em que a azinheira desempenha um papel central. Este sistema tem importantes funções em termos de

conservação do solo, regularização do ciclo hidrológico, de fixação de carbono e de manutenção da biodiversidade.

A área de montado encontra-se desde há vários anos em recessão, a densidade das árvores tem vindo a diminuir, a taxa de renovo a decrescer, e a mortalidade a aumentar ameaçando o equilíbrio destes sistemas de alto valor natural.

Esta medida tem como objetivo apoiar os agricultores com vista a adoção de práticas de pastoreio extensivo que assegurem a manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris no montado de azinho, sobro ou carvalho negral.

A este apoio é acompanhado de apoios complementares para compromissos opcionais para áreas sob regeneração natural e utilização de corta mato e ainda ao aproveitamento do sob coberto explorado em regime de montanheira, as quais se transcrevem:

Apoio ao Montado de sobro, azinho ou carvalho negral:

- < 10 hectares – 50€ /ha;
- ≥ 10 e < 50 hectares – 38€ /ha;
- ≥ 50 e < 500 hectares – 15€ /ha.

No caso do porco explorado em regime de montanheira acresce majoração de 15€, 10€ e 5€ por hectare, respetivamente.

Compromisso opcional de regeneração natural do montado:

- < 10 hectares – 25€ /ha;
- ≥ 10 e < 50 hectares – 20€ /ha;
- ≥ 50 e < 500 hectares – 10€ /ha.

Compromisso opcional de utilização de corta-mato no montado:

- < 10 hectares – 20€ /ha;
- ≥ 10 e < 50 hectares – 15€ /ha;
- ≥ 50 e < 500 hectares – 7€ /ha.

No Anexo VI serão apresentados os compromissos e critérios desta medida.

6.3.3 Previsão dos montantes a atribuir à exploração referentes às medidas 7.3 e 7.7.2

Apresentam-se no Quadro 9 os montantes das ajudas no âmbito das medidas consideradas, tendo em conta, para o seu cálculo, as áreas possivelmente elegíveis para cada uma. É preciso alguma atenção na determinação das áreas a candidatar já que, por exemplo, para a medida de 7.7.2, existe uma área que não cumpre os requisitos mínimos de densidade de montado de azinho no Pé de Cão.

Na sequência do exposto nos pontos anteriores, entra para a medida 7.3 toda a área elegível. Nesta medida o agricultor deverá comprometer-se a manter um nível de encabeçamento de bovinos, ovinos e caprinos do próprio e de outrem, em pastoreio, de 2 CN / ha superfície forrageira.

Para a medida 7.7.2 entra toda a área da Courela dos Capelães e é retirada ao Pé de Cão uma área de aproximadamente 60 ha, correspondente a uma zona que não cumpre o requisito exigido de 10% da cobertura de montado de azinho. Os compromissos são assumidos por um período de 5 anos e é importante referir que o agricultor deve comprometer-se a manter um efetivo pecuário de bovinos, ovinos, caprinos ou suínos do próprio em pastoreio com um mínimo de 0,2 CN por hectare e um máximo de 0,6 CN de encabeçamento de bovinos, ovinos e caprinos ou 0,75 CN por hectare quando existam porcos em regime de montanha, como é o caso da exploração em estudo. Nesta exploração fará todo o sentido optar pelo compromisso da utilização de Corta-mato dado que o mesmo já é utilizado para o efeito.

Para o cálculo da previsão de apoios a receber no ano de 2015 é importante referir que o cálculo do montante total dos apoios faz-se pela aplicação sucessiva dos respetivos escalões de área.

Quadro 9 – Cálculos dos montantes das ajudas no âmbito das medidas consideradas

	Medida 7.3	Medida 7.7.2	Medida 7.7.2 Corta-Mato
Área (ha)	392,33	332,33	332,33
Montante (€) até 100 ha	40		
Montante (€) > 100 ≤ 300 ha	32		
Montante (€) > 300 ha	24		
Montante (€) < 10 ha		65	20
Montante (€) ≥ 10 < 50 ha		48	15
Montante (€) ≥ 50 < 500 ha		20	7
Total	12.615,92 €	8.216,60 €	2.776,31 €
Total anual (2015 - 2020)	23.608,83 €		

6.4 Breve antevisão económica da exploração para 2015

A previsão económica que se expõe neste ponto assenta nos pressupostos que seguidamente se descrevem:

- São utilizados os mesmos indicadores (PB, VAB, RO_{UP} e ROE) apurados para a exploração no ano 2014;
- Efetivo bovino e suíno deverá manter-se, dado que, a exploração oferece recursos com bastantes restrições e para além disso, a medida 7.7.2 não permite um encabeçamento superior a 0,75 CN por hectare e a exploração já tem um encabeçamento bastante aproximado;
- Preços constantes: manutenção dos preços de carne de bovino e de suíno;
- Gastos com salários mantêm-se constante: se o efetivo bovino e suíno se mantiver, compreende-se que a mão-de-obra necessária será a mesma;
- Gastos totais do efetivo suíno e bovino: se o efetivo bovino e suíno se mantém, supõem-se que os gastos sejam idênticos aos identificados no capítulo 5;

- Subsídios: os montantes utilizados são os apurados nos pontos anteriores do presente capítulo para o ano de 2015.

O Quadro 10 apura os indicadores económicos da exploração para 2015 calculados anteriormente para o ano 2014. Comparando os resultados constata-se que os de 2015 são significativamente melhores: o indicador ROE viu o seu valor aumentar em quase 20.000 euros, tendo os subsídios aumentado para 52% a sua importância no indicador ROE. Este aumento deve-se às alterações nos pagamentos diretos e às medidas 7.3 e 7.7.2.

Apesar da manutenção do número de animais, da análise por UP, a UP bovinos vê diminuir o RO_{UP} em quase 80 euros por animal. Este é devido essencialmente à diminuição do Prémio por Vaca em Aleitamento. Em relação à UP suínos, como não é alvo de nenhum prémio, a situação mantém-se igual, referente ao ano de 2014.

Quadro 10 - Indicadores económicos da exploração para 2015

	Valores unitários			
	UP Bovinos		UP Suínos	
PB	405,34	€/animal	2.610,00	€/animal
VAB	325,80	€/animal	2.170,56	€/animal
Salários	68,59	€/animal	372,00	€/animal
Subsidios	120,00	€/animal	0,00	€/animal
RO_{UP}	377,21	€/animal	1.798,56	€/animal
	Total (€) / UP			
	UP Bovinos		UP Suínos	
PB	68.502,46	€	36.540,00	€
VAB	55.060,20	€	30.387,84	€
Salários	11.591,71	€	5.208,00	€
Subsidios	21.240,00	€	0,00	€
RO_{UP}	64.708,49	€	25.179,84	€
	Total (€) da Exploração			
PB	105.042,46			
VAB	85.448,04			
Salários	16.799,71			
Subsidios	21.240,00			
Outros subsídios	52.474,57			
ROE	142.362,90			

6.5 Agricultura Biológica

O modo de produção agrícola biológico pode, quer pela mais-valia obtida nos produtos, quer pelos montantes das ajudas de que beneficia, quer ainda pela sustentabilidade que lhe está inerente, constituir uma boa opção a adotar num futuro próximo.

O Quadro 11 resume a medida 7.1 – Agricultura Biológica (Anexo VII). Da sua análise, percebe-se que a exploração não estará muito longe de apresentar todas as condições de elegibilidade que esta medida impõe, nem tão pouco será necessário muito esforço para conseguir cumprir a totalidade dos compromissos que lhe estão ligados (Quadro 11 na página seguinte). Aliás, esta medida é acumulável com as medidas 7.3 e 7.7.2, apresentadas anteriormente neste capítulo, que permitem, por si só, assegurar algumas condições de elegibilidade e cumprir outros tantos compromissos.

Em termos monetários, e uma vez que toda a área poderá ser elegível, esta medida traria à exploração um montante da ordem dos 25.445,53€ no período de conversão e cerca de 21.193,22€ após esse período, o que significaria um aumento de cerca de 26% no montante global dos subsídios apurado para o cenário anteriormente proposto neste capítulo.

Quadro 11 - Resumo da medida 7.1 – Agricultura Biológica

Crítérios de elegibilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Ter submetido a notificação relativa à Agricultura Biológica junto da entidade competente; - Área mínima de superfície agrícola de 0,5 hectares candidata à agricultura biológica, com exceção de culturas específicas, nomeadamente aromáticas, condimentares e medicinais para as quais poderá ser definida uma área mínima não inferior a 0,3 hectares; - Ter submetido a área candidata ao regime de controlo efetuado por um organismo de controlo e certificação reconhecido e acreditado para o efeito;
Compromissos	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção da superfície agrícola num estado que a torne adequada para pastoreio ou cultivo sem ação preparatória especial; - Requisitos mínimos de utilização de adubos e produtos fitofarmacêuticos; - Manter as condições de acesso em cada ano do compromisso; - Manter a área de superfície agrícola sob compromisso em Agricultura Biológica, de acordo com as práticas e métodos estabelecidos no Regulamento (CE) nº 834/2007, durante o período de compromisso; - Manter, a exploração com um nível de encabeçamento de bovinos, ovinos e caprinos, do próprio e de outrem, em pastoreio, expressos em CN por ha, igual ou inferior 2 CN/ha de superfície agrícola; - Deter registo das atividades efetuadas nas parcelas agrícolas e espécies pecuárias abrangidas pela Agricultura Biológica, de acordo com conteúdo normalizado. - Conservar os comprovativos dos produtos fitofarmacêuticos e fertilizantes adquiridos, bem como os boletins de análises de terra, água e material vegetal, anexando-os ao registo das atividades;
Montantes	<ul style="list-style-type: none"> - Conversão para agricultura biológica (3 anos): Para pastagens permanentes: 0,5-20ha - 204€/ha; 20-40ha - 163€/ha; 40-100ha - 102€/ha; >100ha - 41€/ha; - Manutenção da agricultura biológica: Para pastagens permanentes: 0,5-20ha - 170€/ha; 20-40ha - 136€/ha; 40-100ha - 85€/ha; >100ha - 34€/ha;

6.6 Produção Integrada

A produção integrada é um sistema agrícola de produção alimentar de alta qualidade, que privilegia uma utilização dos mecanismos de regulação natural em substituição de utilização de fatores de produção, contribuindo, deste modo, para uma agricultura mais sustentável.

O modo de produção integrada pode também constituir uma boa opção a adotar num futuro próximo, com uma diminuição dos montantes das ajudas a atribuir mas com menos compromissos em relação à produção biológica.

O Quadro 12 resume a medida 7.2 – Produção Integrada (Anexo VIII). Esta medida é também acumulável com as medidas 7.3 e 7.7.2.

Em termos monetários, e uma vez que toda a área poderá ser elegível, esta medida traria à exploração um montante da ordem dos 11.873,27€. O valor do montante atribuído será aproximadamente metade do montante em relação à produção biológica, mas atendendo às limitações alimentares da exploração, esta será provavelmente uma melhor opção para a mesma.

Quadro 12 - Resumo da Medida 7.2 – Produção Integrada

Condições de Acesso	<ul style="list-style-type: none"> - Área Geográfica de aplicação da ação: Continente; - Área mínima de 0,5 hectares candidata à produção integrada; - Ter submetido a área candidata ao modo de produção integrada a controlo efetuado por um organismo de controlo e certificação (OC) reconhecido para o efeito.
Compromissos	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção da superfície agrícola num estado que a torne adequada para pastoreio ou cultivo sem ação preparatória especial; - Requisitos mínimos de utilização de adubos e produtos fitofarmacêuticos; - Manter as condições de acesso em cada ano do compromisso; - Manter, a exploração com um nível de encabeçamento de bovinos, ovinos e caprinos, do próprio e de outrem, em pastoreio, expressos em CN por ha, igual ou inferior 2 CN/ha de superfície agrícola; - Manter a superfície agrícola sob compromisso em Produção Integrada de acordo com o respetivo normativo; - No caso de início de atividade em Produção Integrada concluir ação de formação específica homologada pela autoridade competente no prazo máximo de um ano após o início do compromisso; - Deter registo das atividades efetuadas nas parcelas e espécies pecuárias abrangidas pela Produção Integrada, de acordo com conteúdo normalizado; - Conservar os comprovativos dos produtos fitofarmacêuticos e fertilizantes adquiridos, bem como os boletins de análises de terra, água e material vegetal, anexando-os ao registo das atividades.
Montantes	Para pastagens permanentes: 0,5-20ha - 95€/ha; 20-40ha - 76€/ha; 40-100ha - 48€/ha; >100ha - 19€/ha;

Depois de propostas soluções concretas para a viabilidade da exploração, surge-se no ponto seguinte uma solução alargada ao regime extensivo nacional. No sentido da simplicidade da exposição a solução apresentada recai apenas sobre a carne de bovino, com certeza, no entanto, de que com maior ou menor facilidade se passaria para os diversos outros sectores extensivos.

6.7 Associação de criadores de Bovinos em regime extensivo

A grande maioria dos produtores nacionais de bovinos em regime extensivo vende a sua produção, vitelos com idades geralmente compreendidas entre os 5 e os 10 meses, para posterior engorda. Portanto, o produto que chega ao

mercado provém de animais acabados em regime intensivo e que, por isso, muito pouco têm de extensivo. Ou seja, em última análise o consumidor não beneficia, em termos qualitativos, do regime extensivo.

A criação duma associação de criadores de bovinos em regime extensivo que se encarregue de aspetos como a comercialização, certificação, controle, etc, poderia tornar-se vital para a subsistência a longo prazo do maneio extensivo, precisamente porque pode valorizar o produto obtido através deste maneio, direcionando uma parte do panorama nacional do sector da carne de bovino de qualidade. A produção duma imagem de marca assente na qualidade do produto obtido através deste maneio, que faça sobressair as vantagens ambientais e a boa qualidade de vida dos animais até ao abate, permitiria, para além do reforço do papel de cada agricultor no mercado, impulsionar também a aproximação a “novos” mercados. Na era da globalização, qualquer mercado em qualquer parte do mundo pode ser um mercado alvo desde que bem abordado pelas corretas técnicas de marketing.

Na relação entre Associação e associados, poderia ser dado a escolher entre o modo de produção biológico, que lhe permitiria auferir do subsídio tratado no ponto anterior, e o cumprimento de várias regras menos restritivas mas que igualmente assegurariam a qualidade do produto final, como por exemplo:

- bovinos criados exclusivamente em regime extensivo até ao abate;
- obrigatoriedade da presença duma raça autóctone da região nos animais propostos para abate, numa percentagem sempre igual ou superior a 25%, permitindo valorizar desta forma o papel das raças autóctones nacionais;
- alimentação: seriam designadas obrigações e restrições alimentares que assegurassem a qualidade do produto final, nomeadamente implementado restrições aos alimentos vindos do exterior à exploração, dando-se particular atenção aos alimentos concentrados;
- além destas funções de regulação e controlo, outras funções da associação poderiam incluir:
- criação duma imagem de marca assente nas características da carne produzida valorizando a qualidade e o bem-estar animal;

- transformação do produto, incluindo abate;
- comercialização e procura de “novos mercados”;
- certificação e fiscalização dos associados no que respeita aos pressupostos de produção;
- apoio técnico aos agricultores, nomeadamente na implementação de técnicas de produção mais compatíveis com o ambiente e o bem-estar animal, e que proporcionem simultaneamente, superior qualidade ao produto final.

De notar que, de todos os problemas que se possam antever na criação de uma associação do tipo da referida, nomeadamente no que respeita à mobilização dos agricultores e à implementação e conquista de novos mercados, a questão do financiamento está à partida salvaguardada, porquanto a nova PAC prevê nos seus regulamentos fundos para estas situações.

CAPÍTULO VII - CONCLUSÃO

A nova Política Agrícola Comum é um documento fundamental para o futuro das agriculturas europeias. Qualquer planeamento ou tomada de decisão a nível das explorações, não a poderá ignorar se quiser assegurar o seu sucesso. Ter bem presente as suas linhas orientadoras principais, que se enquadram no redireccionamento para o mercado e no incremento do peso das questões ambientais e da qualidade e segurança alimentares em todas as atividades agrícolas, é o primeiro passo para uma mais rápida e bem-sucedida adaptação às novas diretrizes que a nova PAC implementa.

Com a entrada em vigor da nova PAC, não restam dúvidas acerca da viabilidade económica para a exploração caracterizada, assente, sobretudo, na alteração de Regime de Pagamento Único para o novo Regime de Pagamento Base e no alargamento das medidas agroambientais. Aliás, os resultados económicos apresentados reforçam esta afirmação: na comparação entre a situação em 2014 e a de 2015, o indicador ROE viu o seu valor aumentar em quase 20.000 euros, tendo os subsídios aumentado para 52% a sua importância no indicador ROE. Por outro lado, sabendo da enorme dependência que os resultados económicos apresentam em relação aos subsídios de que a exploração passa a beneficiar a partir do presente ano, patentes na elevada percentagem que estes assumem nesses resultados, antevê-se a boa oportunidade financeira que a nova PAC significa para o regime extensivo nacional.

Não bastará, no entanto, que a nova PAC proporcione a “sobrevivência” daquelas explorações nesta primeira fase de implantação. Deve ser antes entendida como uma boa alavanca que permitirá “catapultar” os seus resultados económicos e possibilitar alargar em muito o período temporal da sua viabilidade económica. De facto, ao beneficiar de práticas agrícolas “mais amigas do ambiente”, ao dar relevo ao bem-estar animal e ao procurar elevar a qualidade dos produtos, a nova PAC está a vitalizar o papel deste tipo de manejo e, portanto, a dissipar dúvidas em relação à sua viabilidade. Aliás,

assegurar essa viabilidade a longo prazo parece ser uma boa oportunidade que esta reforma oferecerá ao manejo extensivo pecuário.

As conclusões apresentadas neste trabalho não podem ser dissociadas da metodologia utilizada na sua elaboração. Ao se preferir estudar uma exploração que utiliza manejo extensivo para que a partir desse estudo se visualize todo aquele regime, não se pode deixar esquecida a subjetividade a que esteve sujeita a consideração de que esse caso concreto é representativo, possibilitando uma boa ilustração de todo o regime extensivo nacional. No entanto, se esta subjetividade pode ser considerada uma “fraqueza” do trabalho, é também verdade que foi esse estudo que esteve na base das soluções de viabilidade apresentadas, e que com maior ou menor dificuldade se podem adaptar a outras explorações, mesmo apresentando-se realidades um pouco afastadas. Partiu-se do concreto para o geral e, por isso, a análise apresentada, as soluções e os cenários propostos, com exceção da associação de criadores de bovinos em regime extensivo, destinam-se em última análise, apenas à exploração. Por isso também a menor importância dada à referida associação muito embora o papel determinante que pode vir a ter no sucesso e afirmação económica do regime extensivo nacional.

Este trabalho deve ser encarado, assim, como uma primeira abordagem a este tema. As questões a que pretendeu dar resposta são essenciais para uma melhor adaptação da agricultura nacional à nova PAC, no que em particular respeita ao manejo extensivo e, por isso, a busca por mais respostas e outras soluções não deverá ser deixada por aqui. Se este trabalho puder ser uma contribuição, ainda que pequena, para outros trabalhos que venham a ser desenvolvidos nesta área, e se por este motivo for possível contribuir para o sucesso na adoção da nova PAC pelos agricultores, então os objetivos que foram inicialmente propostos neste trabalho serão plenamente atingidos.

Bibliografia

Comissão Europeia (1999). *Agenda 2000 Para uma união reforçada e alargada*. Projeto de brochura informativa da Comissão sobre a Agenda 2000 destinada ao público em geral. Programa Prioritário de Publicações 1999, X/D/5, Versão final 31.8. Acedido em 2015-01-17 em: https://infoeuropa.euroid.pt/files/web/multimedia/cds/ciej-dgac_200410_curso/brochuras/4.pdf

Comissão Europeia (2006). *A Política de desenvolvimento rural da UE 2007-2013*. Direção Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Luxemburgo. Acedido em 2015-01-15, em: http://ec.europa.eu/agriculture/publi/fact/rurdev2007/pt_2007.pdf

Comissão Europeia (2015). *Desenvolvimento rural 2014-2020*. Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Luxemburgo. Acedido em 2015-01-10, em: http://ec.europa.eu/agriculture/rural-development-2014-2020/index_pt.htm

Cordovil, F et al (2004). *A Política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia*, S. João do Estoril, Principia, 2004.

Cunha, A. (2000). *A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM E O FUTURO DO MUNDO RURAL*. Lisboa, Plátano Edições Técnicas.

Despacho Normativo n.º 4/2015 de 27 de Fevereiro. Diário da República nº 18/2015 – II Série. Ministério da Agricultura e do Mar. Lisboa. Acedido em 2015-05-20, em: <https://dre.pt/application/file/66343797>

Despacho Normativo n.º 2/2015 de 20 de Janeiro. Diário da República nº 13/2015 – II Série. Ministério da Agricultura e do Mar. Lisboa. Acedido em 2015-05-20, em: <https://dre.pt/application/file/66247335>

Despacho Normativo n.º 3/2015 de 21 de Janeiro. Diário da República nº 14/2015 – II Série. Ministério da Agricultura e do Mar. Lisboa. Acedido em

2015-05-20, em http://www.drapn.min-agricultura.pt/drapn/Despacho_normativo_opcoes%201_pilar.pdf

Gama, L. T. (2002). *Melhoramento genético animal*. Escolar editora, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2014a). *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013*. Lisboa. Portugal. Acedido em 2015-02-04, em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOEspub_boui=223514441&PUBLICACOESstema=55505&PUBLICACOESmodo=2

Instituto Nacional de Estatística (2014b). *Estatísticas Agrícolas – 2013*. Lisboa. Portugal. Acedido em 2015-01-13, em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOEspub_boui=210756829&PUBLICACOESmodo=2

Instituto Nacional de Estatística (2014c). *Contas Económicas da Agricultura 2014 – 1ª Estimativa*. Destaque. Lisboa. Acedido em 2015-01-13, em: <http://www.peprobe.com/pt-pt/document/contas-economicas-da-agricultura-2014-ine>

Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (1991). *O clima de Portugal. Normais climatológicas da região do Alentejo e Algarve, correspondentes a 1951-1980*, Lisboa.

Massot, A (2015). *INSTRUMENTOS DA PAC E RESPETIVAS REFORMAS*. Bruxelas. Acedido em 2015-02-12 em: http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_5.2.3.pdf

Ministério da Agricultura e do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, (2012). *AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA – INDICADORES 2012*. Gabinete de Planeamento e Políticas. Lisboa. Acedido em 2015-02-13, em: <http://www.gpp.pt/pbl/period/Indicadores2012.pdf>

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (2013). *PRODER, Programa de desenvolvimento rural: relatório de*

execução 2012. Acedido em 2015-03-10, em <http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=1535>

Ministério da Agricultura e do Mar, (2014). Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020. Governo de Portugal. Lisboa. Acedido em 2015-4-15, em: http://www.gpp.pt/pdr2020/PDR%202020_final_5fev.pdf

Portaria nº50/2015 de 25 de Fevereiro. Diário da República nº 39/2015 – I Série. Ministério da Agricultura e do Mar. Lisboa. Acedido em 2015-05-19, em: <https://dre.pt/application/conteudo/66591872>

Portaria nº25/2015 de 9 de Fevereiro. Diário da República nº 27/2015 – I Série. Ministério da Agricultura e do Mar. Lisboa. Acedido em 2015-05-21, em: https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Legislacao/RegEsp2020/PortariaMAM25_2015.pdf

Portaria nº56/2015 de 27 de Fevereiro. Diário da República nº 41/2015 – I Série. Ministério da Agricultura e do Mar. Lisboa. Acedido em 2015-05-20, em: <https://dre.pt/application/conteudo/66619895>

Portaria nº57/2015 de 27 de Fevereiro. Diário da República nº 41/2015 – I Série. Ministério da Agricultura e do Mar. Lisboa. Acedido em 2015-05-20, em: <https://dre.pt/application/conteudo/66619896>

Parlamento Europeu, 2013. Parlamento Europeu aprova reforma da PAC. Comunicado de Imprensa. Bruxelas. Acedido em 2015-05-18, em: http://www.europarl.europa.eu/pdfs/news/expert/infopress/20131118IPR25538/20131118IPR25538_pt.pdf

Regulamento nº 834/2007 do Conselho Europeu, de 28 de Junho de 2007. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia L 189/1. Acedido em 2015-05-22, em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2007:189:0001:0023:PT:PDF>

Regulamento nº 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Dezembro de 2013. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia L

347/487. Acedido em 2015-05-23, em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:347:0487:0548:pt:PDF>

Regulamento nº 1307/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Dezembro. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia L 347/608. Acedido em 2015-05-20, em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013R1307&from=pt>

Ritson, C., (1997). Introduction. In C. Ritson, & D. Harvey (Eds.) *The Common Agricultural Policy. Wallingford: Centre for Agriculture and Biosciences International.*

Varela, J. A. S. (2007). *A Agricultura Portuguesa na PAC - Balanço de duas décadas de integração 1986-2006*. Coimbra: Edições Almedina, S. A.

Wichern, R., 2004. *Economics of common agricultural policy*. Direção Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros da Comissão Europeia.

Caracterização Climática

Temperatura		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Mês	média	9,04	10,03	11,76	13,85	17,22	20,77	23,27	24,31	22,26	17,66	12,65	8,84
	desvio	1,09	1,35	1,49	1,47	2,18	3,82	5,07	1,07	1,72	1,65	1,74	2,41
	variância	1,18	1,83	2,22	2,15	4,75	14,58	25,7	1,15	2,96	2,73	3,03	5,79
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Máx	média	14,04	15,23	17,68	19,71	24,36	28,82	33,45	33,51	30,12	23,9	17,86	13,73
	desvio	1,05	1,52	2,11	2,29	2,9	2,9	1,71	1,4	2,6	2,42	2	3,14
	variância	1,11	2,3	4,44	5,23	8,44	8,4	2,91	1,97	6,78	5,86	4	9,88
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Min	média	4,01	4,84	5,85	7,62	10,04	13,58	15,56	15,81	14,45	11,78	7,33	3,96
	desvio	2,14	2,06	1,67	1,59	1,84	1,54	1,26	3,98	1,53	2,53	2,23	2,41
	variância	4,58	4,25	2,81	2,53	3,37	2,38	1,59	15,86	2,33	6,38	4,99	5,79

Precipitação		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	total
média	média	62,9	63,79	51,97	46,46	36,17	28,69	4,04	1,34	23,75	61,25	68,5	60,85	509,72
	percentil 20	21	17	18	18	11	10	0	0	3	5	31	19	154,8
	mediana	50	58	52	39	25	17	0	0	11	57	62	46	416,5
	percentil 80	96	105	78	76	64	45	7	2	41	115	100	81	812

Precipitação		Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
R>0,1 mm	R>0,1 mm	8,0	9,0	10,0	11,0	11,0	10,0	8,0	6,0	4,0	0,0	1,0	3,0
	R>1 mm	6,0	7,0	8,0	10,0	10,0	9,0	7,0	5,0	4,0	1,0	1,0	2,0
	R>10 mm	3,0	2,0	2,0	3,0	2,0	2,0	2,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0

Integral pluviométrico a partir de Outubro		Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
I (R) (mm)	I (R) (mm)	58,5	126,9	196,9	260,5	325,8	376,8	427,1	461,6	490,3	493,3	494,7	517,3
	I (R)/I(SET)	11,00%	25,00%	38,00%	50,00%	63,00%	73,00%	83,00%	89,00%	95,00%	95,00%	96,00%	100,00%

Geadas		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
média (nº de dias)	média (nº de dias)	8,45	4,85	2,22	0,63	0	0	0	0	0	0,29	2,91	8,97
	desvio padrão	2,27	2,32	2,47	1,47	1,24	1,07	0,48	0,45	1,02	1,97	2,59	2,42

Humidade relativa do ar às 9h (0-10), velocidade média do vento (km/h) e evaporação (mm)		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
HR 9h (%)	HR 9h (%)	93	90	83	78	71	64	59	59	64	75	87	91
	Nebulosidade (9h)	6	6	5	5	4	4	2	2	3	4	5	6
Velocidade média do vento (km/h)	Velocidade média do vento (km/h)	7,6	8,6	8,3	8,5	8,9	8,5	8,2	8,1	7,4	7,6	7,5	7,4
	Evaporação (mm)	53,3	64,6	99,6	121,7	181,8	228,2	315,4	312,7	221,1	147,9	78,2	53,8

Determinação da evapotranspiração de referência pelo método Thornthwaite (1948-1955)

Estação Climatológica - Amareleja

Latitude 38 13 Altitude da estação 192 lat. Rad 0,667
Longitude 7 13

		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	nº mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
	nº dias	31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31
T	°C	9	10	11,8	13,9	17,2	20,8	23,3	24,3	22,3	17,7	12,7	8,8
J	-	15	46	76	107	137	168	198	229	259	290	320	351
rad	-	-0,37	-0,23	-0,03	0,18	0,34	0,41	0,37	0,23	0,03	-0,18	-0,34	-0,41
rad _s	-	1,26	1,38	1,54	1,71	1,85	1,92	1,88	1,75	1,6	1,43	1,29	1,22
N	horas	9,63	10,58	11,8	13,09	14,13	14,65	14,37	13,41	12,19	10,9	9,86	9,35
i	°C	2,45	2,87	3,65	4,68	6,51	8,63	10,26	10,96	9,59	6,75	4,08	2,37
a		1,65	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65
E _{tn}	mm/mês	22,86	27,16	35,29	46,2	66,19	90,09	108,7	116,79	101	68,95	39,79	22,04
C	horas	0,8	0,88	0,98	1,09	1,18	1,22	1,2	1,12	1,02	0,91	0,82	0,78
ETP	mm/mês	18,3	23,9	34,7	50,4	77,9	110	130,1	130,5	102,6	62,6	32,7	17,2
ETP	mm/dia	0,6	0,8	1,1	1,7	2,5	3,7	4,2	4,2	3,4	2	1,1	0,6
ETO	mm/ano	791											

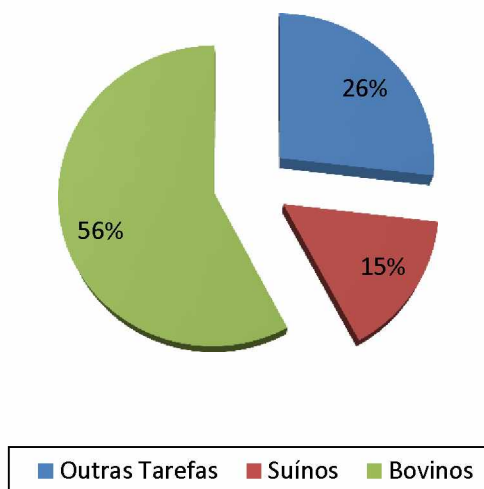
Balanço hídrico de Thornthwaite-Mather com capacidade utilizável (U) de 100 mm													
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
ETP	mm/mês	18,3	23,9	34,7	50,4	77,9	110	130,1	130,5	102,6	62,6	32,7	17,2
R	mm	62,9	63,8	52	46,5	36,2	28,7	4	1,3	23,8	61,3	68,5	60,9
R-ETP	mm	44,6	39,9	17,3	-3,9	-41,7	-81,3	-126,1	-129,2	-78,8	-1,3	35,8	43,7
L					-3,9	-45,6	-126,9	-253	-382,2	-461,0	-462,3		
λ					0,04	0,46	1,27	2,53	3,82	4,61	4,62		
α					0,96	0,63	0,28	0,08	0,02	0,01	0,01		
A	mm	100	100	100	96,2	63,3	28,1	8	2,2	1	1	36,8	100
ΔA	mm	0	0	0	-3,8	-32,9	-35,2	-20,1	-5,8	-1,2	0	35,8	63,2
ETR	mm	18,3	23,9	34,7	50,3	69	63,9	24,2	7,1	24,9	61,3	32,7	17,2
D	mm	0	0	0	0,1	8,9	46,1	106	123,4	77,7	1,4	0	0
S	mm	44,6	39,8	17,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Mão-de-Obra

Necessidades de Mão-de-Obra (horas)	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Bovinos												
distribuição de alimento	124	124	80	80	80	100	150	150	150	100	80	80
"afilhamento"	1	1	1	1	1	90	90	75	45	30	20	1
cuidados sanitários	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	1
TOTAL	126	126	82	82	82	191	241	226	196	131	130	82
Suínos												
distribuição de alimento	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
"afilhamento"	1	1	1	1	5	5	1	1	1	1	1	1
cuidados sanitários	5	1	1	5	1	1	5	1	1	10	1	1
Total	36	32	32	36	36	36	36	32	32	41	32	32
TOTAL (Bovinos + Suínos)	162	158	114	118	118	227	277	258	228	172	162	114
Desmatamentos	125											
Outras Tarefas	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
TOTAL	222	218	174	178	178	287	337	318	288	357	222	174

m.o. disponível	368	336	368	352	368	352	368	240	352	368	352	368
m.o. necessária	222	218	174	178	178	287	337	318	288	357	222	174
% de utilização	60%	65%	47%	51%	48%	82%	92%	133%	82%	97%	63%	47%

Utilização de M.O. Por UP													médias
Outras Tarefas	27%	28%	34%	34%	34%	21%	18%	19%	21%	17%	27%	34%	26%
Suínos	16%	15%	18%	20%	20%	13%	11%	10%	11%	11%	14%	18%	15%
Bovinos	57%	58%	47%	46%	46%	67%	72%	71%	68%	37%	59%	47%	56%



Cálculo de Encabeçamento

Animais	Fator de conversão (Animais / Cabeças normais)		CN
Bovinos com mais de 24 meses	175	1	175
Bovinos com mais de 6 meses e menos de 24 meses	23	0,6	13,8
Porcas reprodutoras	14	0,5	7
Outros suínos com mais de 3 meses	82	0,3	24,6
Total			220,4
Área forrageira (há)	396		
Encabeçamento	0,56		

Regime de Pagamento Base (RPB)

NÚMERO DE DIREITOS AO PAGAMENTO RPB

Na primeira atribuição de direitos RPB o número de direitos a atribuir será igual ao menor número de hectares elegíveis declarados pelo agricultor em 2013 e 2015.

CÁLCULO DO VALOR UNITÁRIO INICIAL DOS DIREITOS AO PAGAMENTO RPB

Para o cálculo do valor unitário inicial dos direitos ao pagamento de RPB é levado em conta a referência histórica do agricultor relativamente ao ano 2014.

O Valor Unitário Inicial será igual ao total de RPU em 2014 a dividir pelo número de direitos de RPB.

$$\% \text{ fixa} \times \frac{\text{Montantes de 2014}}{\text{Nº de direitos provisórios}} = \text{VUI (€/direito)}$$

Valor Unitário Nacional em 2019 (VUN2019)

$$\frac{\text{Limite Nacional de RPB 2015}}{\text{Limite máximo Nacional 2015}} \times \frac{\text{Limite Máximo Nacional 2019}}{\text{Total nº de direitos provisórios}} = 95,23\%$$

Percentagem Fixa (% fixa)

$$\frac{\text{Limite Nacional de RPB de 2015}}{\text{Montante total dos pagamentos de RPU em 2014}} = 59,883661\%$$

- Se VUI for inferior a 90% do VUN2019, então o VUI vai aumentar em 1/3 de (90%VUN2019 – VUI) até 2019.

- Se VUI for superior ao valor unitário nacional em 2019 (VUN2019), haverá de forma progressiva uma redução do VUI até ao VUN2019 (perda máxima limitada a 30% da VUI).
- Se o valor do VUI se situar entre 90% do VUN2019 e o valor VUN2019 então o VUI não sofre qualquer alteração ao longo do período de 2015 a 2019.

No cálculo dos pagamentos recebidos pelo agricultor são considerados na totalidade ou parcialmente os seguintes pagamentos recebidos pelo agricultor em 2014:

- RPU em 100%
- Prémio por vaca em aleitamento (PVA) (48,6%)
- Comercialização carne de bovino (CCB) (48,6%)
- Comercialização azeite e azeitona de mesa (CAAM) (100%)
- Comercialização arvenses (CA) (100%)

Cálculo para 2015 de RPB

$$RPB = n^{\circ} \text{ direitos} \times (VUI + \text{variação anual}) + n^{\circ} \text{ direitos} \times (48,6\% \times PVA2014)$$

Ou

$$RPB = n^{\circ} \text{ direitos} \times (VUI + \text{variação anual}) + n^{\circ} \text{ direitos} \times (48,6\% \times CCB2014)$$

Ou

$$RPB = n^{\circ} \text{ direitos} \times (VUI + \text{variação anual}) + n^{\circ} \text{ direitos} \times (100\% \times CAAM2014)$$

Ou

$$RPB = n^{\circ} \text{ direitos} \times (VUI + \text{variação anual}) + n^{\circ} \text{ direitos} \times (100\% \times CA2014)$$

Medida 7.3 – Pagamentos Rede Natura

BENEFICIÁRIOS

Pessoas singulares ou coletivas de natureza pública ou privada que exerçam atividade agrícola.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Área mínima de cultura temporária de 1 hectare em exploração situada maioritariamente nas áreas geográficas de aplicação do apoio.

Área condicionada tipo 1	<p>Área geográfica delimitada pelo polígono resultante da sobreposição:</p> <p>Arade/Odelouca, Arrábida/Espichel, Cabo Espichel, Cerro da Cabeça, Minas de St. Adrião, Ribeira de Quarteira, Serra de Montejunto, Serras d'Aire e Candeeiros, Sicó/Alvaiázere, Peneda/Gerês (ZPE e SIC)(*), Montesinho/Nogueira (ZPE e SIC), Alvão/Marão, Serra da Estrela, Montemuro, Valongo, Rio Vouga, Serra d'Arga, Corno do Bico, Serras da Freita e Arada, Rio Paiva, Carregal do Sal, Gardunha, Complexo do Açor, Serra da Lousã, Rios Sabor e Maçãs (ZPE e SIC), Douro Internacional e Vale do Rio Águeda (ZPE), Vale do Côa (ZPE), Douro Internacional (SIC), Morais (SIC), Romeu (SIC), Monchique (ZPE prop. e SIC) e Caldeirão (ZPE prop. e SIC)</p>
Área condicionada tipo 2	<p>Área geográfica delimitada pelo polígono resultante da sobreposição:</p> <p>Barrocal, Costa Sudoeste (ZPE e SIC), Malcata (ZPE e SIC), S. Mamede, Cabeção, Monfurado, Cabrela, Nisa / Lage da Prata, Moura / Barrancos, Tejo Internacional, Erges e Ponsul, Moura/Mourão/Barrancos, Caia, Rio Guadiana/Juromenha, Guadiana, Campo Maior, Castro Verde e Vale do Guadiana</p>

COMPROMISSOS

Os compromissos a título do Pagamento Natura são assumidos anualmente.

A esta operação estão associados os seguintes compromissos:

- Os beneficiários devem ainda respeitar as condições de “baseline”, sendo compensados por compromissos que vão para além dessas mesmas condições.
- Manter as condições de acesso em cada ano do compromisso;
- Manter, durante o período de retenção, a exploração com um nível de encabeçamento de bovinos, ovinos e caprinos do próprio e de outrem, em pastoreio, expressos em Cabeças Normais (CN) por hectare (ha), igual ou inferior a:
 - 3 CN / ha superfície agrícola, no caso de explorações com dimensão igual ou inferior a 2 hectares de superfície agrícola;
 - 2 CN / ha superfície agrícola, no caso de explorações em zona de montanha com dimensão superior a 2 hectares de superfície agrícola;
 - 2 CN / ha superfície forrageira, no caso de explorações nas restantes zonas desfavorecidas e nas zonas favorecidas com dimensão superior a 2 hectares de superfície agrícola.

NÍVEIS E TAXAS DE APOIO

Área condicionada tipo 1 – com restrição de não florestação de terras agrícolas;

Nível de apoio por hectare de cultura temporária de sequeiro, incluindo pousio:

- Área elegível \leq 100 ha - 20 €/ha;
- 100ha < Área elegível \leq 300 ha - 16 €/ha;

- Área elegível ≥ 300 ha - 12 €/ha.

Área condicionada tipo 2 – com restrição de não florestação de terras agrícolas e restrição à intensificação da atividade agrícola.

Nível de apoio por hectare de cultura temporária de sequeiro, incluindo pousio:

- Área elegível ≤ 100 ha - 40 €/ha;
- $100 \text{ ha} < \text{Área elegível} \leq 300 \text{ ha}$ - 32 €/ha;
- Área elegível ≥ 300 ha - 24 €/ha.

As superfícies forrageiras são apoiadas desde que se mantenha um mínimo de encabeçamento em pastoreio do próprio, de bovinos, ovinos ou caprinos, expresso em cabeças normais por hectare de superfície forrageira, de 0,2 CN.

As áreas de pousio são consideradas elegíveis para pagamento até um limite máximo de 2 vezes a área semeada com culturas temporárias.

Medida 7.7.2 – Pastoreio Extensivo - APOIO À MANUTENÇÃO DE SISTEMAS AGRO-SILVO-PASTORIS SOB MONTADO

BENEFICIÁRIOS

Pessoas singulares ou coletivas de natureza pública ou privada que exerçam atividade agrícola.

CONDIÇÕES DE ACESSO

- ✓ Área mínima de 1 hectare nos sistemas agro-silvo-pastoris sob montado de sobro, azinho, ou carvalho negral.
- ✓ Área geográfica abrangida pelo Apoio à manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob montado de sobro, azinho ou carvalho negral Continente

COMPROMISSOS

Os compromissos são assumidos por um período de 5 anos, podendo este ser prolongado, por decisão da Autoridade de Gestão, até um máximo de 7 anos.

Estão associados os seguintes compromissos:

- Os beneficiários devem respeitar as condições de “baseline” e são compensados pelos compromissos que vão para além dessas mesmas condições.
- Manter as condições de acesso em cada ano do compromisso;
- Existência de efetivos pecuários de bovinos, ovinos, caprinos ou suínos do próprio em pastoreio com um mínimo de 0,2 CN por hectare de superfície forrageira;

- Deter um nível de encabeçamento máximo de bovinos, ovinos e caprinos, do próprio ou de outrem, em pastoreio de 0,6 CN por hectare de superfície forrageira, ou, um nível de encabeçamento máximo de animais em pastoreio quando existam porcos em regime de montanha de 0,75 CN por hectare de superfície forrageira;
- Manter o pastoreio compatível com a capacidade forrageira do montado, evitando situações quer de subpastoreio, quer de sobrepastoreio e de compactação do solo;
- Não praticar culturas temporárias com exceção de culturas melhoradoras desde que não se proceda a reviramento de solo;
 - Nas parcelas com índice de qualificação fisiográfica da parcela igual a 1 compromisso opcional de, para efeitos de controlo da vegetação espontânea lenhosa indesejável, utilizar apenas corta-mato para o efeito de proteção do montado;
 - Compromisso opcional de manter as mesmas parcelas de montado não sujeitas a pastoreio, durante o período de compromisso, com o objetivo de proteger a regeneração natural, numa proporção máxima de 20% da área sob compromisso.

NÍVEIS E TAXAS DE APOIO

Superfície sob coberto de montado de sobreiro, azinho e carvalho negral.	Escalões (ha)	Montantes de apoio (€/ha)	Exploração do porco em regime de montanha (€/ha)	Compromisso opcional regeneração natural do montado (€/ha)	Compromisso opcional utilização de corta-mato no montado (€/ha)
	< 10	50	65	25	20
	≥ 10 a < 50	38	48	20	15
	≥ 50 a < 100	15	20	10	7
	≥ 100 a < 500	15	20	10	7

Anexo VII

Medida 7.1 – Agricultura Biológica

Operação 7.1.1 CONVERSÃO PARA AGRICULTURA BIOLÓGICA

BENEFICIÁRIOS

Agricultor que respeite a condição de agricultor ativo na aceção do artigo 9.º do Regulamento (UE) n.º 1307/2013

CONDIÇÕES DE ACESSO

- Ter submetido a notificação relativa à Agricultura Biológica junto da entidade competente;
- Área mínima de superfície agrícola de 0,5 hectares candidata à agricultura biológica, com exceção de culturas específicas, nomeadamente aromáticas, condimentares e medicinais para as quais poderá ser definida uma área mínima não inferior a 0,3 hectares;
- Ter submetido a área candidata ao regime de controlo efetuado por um organismo de controlo e certificação (OC) reconhecido e acreditado para o efeito;

COMPROMISSOS

Estão associados os seguintes compromissos:

- Os beneficiários devem respeitar as condições de “baseline”² e são compensados pelos compromissos que vão para além dessas mesmas condições.
- Manter as condições de acesso em cada ano do compromisso;
- Manter a área de superfície agrícola sob compromisso em Agricultura Biológica, de acordo com as práticas e métodos estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 834/2007, durante o período de compromisso;

- Manter, durante o período de retenção, a exploração com um nível de encabeçamento de bovinos, ovinos e caprinos, do próprio e de outrem, em pastoreio, expressos em Cabeças Normais (CN) por hectare (ha), igual ou inferior a:
 - 3 CN / ha superfície agrícola, no caso de explorações com dimensão igual ou inferior a 2 hectares de superfície agrícola;
 - 2 CN / ha superfície agrícola, no caso de explorações em zona de montanha com dimensão superior a 2 hectares de superfície agrícola;
 - 2 CN / ha superfície forrageira, no caso de explorações nas restantes zonas desfavorecidas e nas zonas não desfavorecidas e com dimensão superior a 2 hectares de superfície agrícola.
- Respeitar, no caso das culturas permanentes, as seguintes densidades mínimas por parcela:
 - Pomóideas, citrinos e prunóideas, exceto cerejeira – 200 árvores por ha;
 - Pequenos frutos, exceto sabugueiro – 1.000 plantas por ha;
 - Actinóideas – 400 plantas por ha;
 - Outros frutos frescos e sabugueiro - 80 árvores por ha;
 - Frutos secos e olival – 60 árvores por ha;
 - Vinha – 2.000 cepas por ha, exceto nos casos de áreas ocupadas com vinha conduzida em pérgula ou de áreas situadas na Região Demarcada dos Vinhos Verdes, em que a densidade mínima é de 1.000 cepas por ha.
- Deter registo das atividades efetuadas nas parcelas agrícolas e espécies pecuárias abrangidas pela Agricultura Biológica, de acordo com conteúdo normalizado.
- Conservar os comprovativos dos produtos fitofarmacêuticos e fertilizantes adquiridos, bem como os boletins de análises de terra, água e material vegetal, anexando-os ao registo das atividades;
- No caso de início de atividade em agricultura biológica concluir ação de formação específica homologada no prazo máximo de um ano após o início do compromisso;

- Compromisso opcional de ter assistência técnica contratualizada com organizações de agricultores com técnicos reconhecidos ao abrigo da legislação aplicável.

NÍVEIS E TAXAS DE APOIO

- No período máximo de conversão para Agricultura Biológica, até três anos, o nível de apoio de manutenção referido na operação 7.1.2 é majorado em 20%.
- Majoração anual do nível de apoio para os agricultores que recorram a assistência técnica, prestada por técnicos reconhecidos pela DGADR integrados em organizações de agricultores, sendo o valor igual a 15% do montante global do apoio, limitado a um mínimo de 250€ e um máximo de 1750€.
- Majoração de 5% no nível de apoio base para os beneficiários associados de uma AP/ OP, que no caso específico das AP/OP de cereais será de 10%;
- O apoio cumulativo é limitado ao máximo regulamentar: 900 € /ha nas culturas permanentes especializadas; 600 € /ha nas culturas anuais, e 450 € /ha nas outras utilizações.
- As áreas forrageiras são pagas se se verificar um encabeçamento mínimo superior a 0,2 CN de efetivo pecuário de bovinos, ovinos e caprinos, do próprio em pastoreio por ha de superfície forrageira.

Grupos de Culturas			Montantes de Apoio (€/ha)	Escalaões de Área para efeito de modução do Apoio (ha)			
				1º escalaão	2º escalaão	3º escalaão	4º escalaão
Culturas permanentes	Frutos Frescos de Regadio		900	≤ 5	≤ 10	≤ 25	> 25
	Frutos Frescos de Sequeiro		900	≤ 5	≤ 10	≤ 25	> 25
	Olival e Frutos Secos	Regadio	643,2	≤ 10	≤ 20	≤ 50	> 50
		Sequeiro	300	≤ 20	≤ 40	≤ 100	> 100
	Vinha		618	≤ 5	≤ 10	≤ 25	> 25
Arroz			600	≤ 20	≤ 40	≤ 100	> 100
Culturas temporárias de Primavera-Verão de Regadio			456	≤ 20	≤ 40	≤ 100	> 100
Outras culturas Temporárias			96	≤ 30	≤ 60	≤ 150	> 150
Horticultura			600	≤ 5	≤ 10	≤ 25	> 25
Pastagem Permanente			204	≤ 20	≤ 40	≤ 100	> 100



Até ao 1º escalão recebe 100%, até ao 2º recebe 80%, até ao 3º recebe 50% e no 4º recebe 20%;

Operação 7.1.2 MANUTENÇÃO EM AGRICULTURA BIOLÓGICA

BENEFICIÁRIOS

Agricultor que respeite a condição de agricultor ativo na aceção do artigo 9.º do Regulamento (UE) n.º 1307/2013.

CONDIÇÕES DE ACESSO

-  Ter submetido a notificação relativa à Agricultura Biológica junto da entidade competente;
-  Área mínima de superfície agrícola de 0,5 hectares candidata à agricultura biológica, com exceção de culturas específicas,

nomeadamente aromáticas, condimentares e medicinais para as quais poderá ser definida uma área mínima não inferior a 0,3 hectares;

- ✚ Ter submetido a área candidata ao regime de controlo efetuado por um organismo de controlo e certificação (OC) reconhecido e acreditado para o efeito;

COMPROMISSOS

Estão associados os seguintes compromissos:

- Os beneficiários devem respeitar as condições de “baseline” e são compensados pelos compromissos que vão para além dessas mesmas condições.
- Manter as condições de acesso em cada ano do compromisso;
- Manter a área de superfície agrícola sob compromisso em Agricultura Biológica, de acordo com as práticas e métodos estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 834/2007, durante o período de compromisso;
- Manter, durante o período de retenção, a exploração com um nível de encabeçamento de bovinos, ovinos, caprinos, do próprio e de outrem, em pastoreio, expressos em Cabeças Normais (CN) por hectare (ha), igual ou inferior a:
 - 3 CN / ha superfície agrícola, no caso de explorações com dimensão igual ou inferior a 2 hectares de superfície agrícola;
 - 2 CN / ha superfície agrícola, no caso de explorações em zona de montanha com dimensão superior a 2 hectares de superfície agrícola;
 - 2 CN / ha superfície forrageira, no caso de explorações nas restantes zonas desfavorecidas e nas zonas não desfavorecidas e com dimensão superior a 2 hectares de superfície agrícola.
- Respeitar, no caso das culturas permanentes, as seguintes densidades mínimas por parcela:
 - Pomóideas, citrinos e prunóideas, excepto cerejeira – 200 árvores por ha;
 - Pequenos frutos, exceto sabugueiro – 1.000 plantas por ha;

- Actinídeas – 400 plantas por ha;
 - Outros frutos frescos e sabugueiro - 80 árvores por ha;
 - Frutos secos e olival – 60 árvores por ha;
 - Vinha – 2.000 cepas por ha, exceto nos casos de áreas ocupadas com vinha conduzida em pérgula ou de áreas situadas na Região Demarcada dos Vinhos Verdes, em que a densidade mínima é de 1.000 cepas por ha.
- Deter registo das atividades efetuadas nas parcelas agrícolas e espécies pecuárias abrangidas pela Agricultura Biológica, de acordo com conteúdo normalizado.
 - Conservar os comprovativos dos produtos fitofarmacêuticos e fertilizantes adquiridos, bem como os boletins de análises de terra, água e material vegetal, anexando-os ao registo das atividades;
 - No caso de início de atividade em agricultura biológica frequentar ação de formação específica homologada no prazo máximo de um ano após o início do compromisso;
 - Compromisso opcional de ter assistência técnica contratualizada com organizações de agricultores com técnicos reconhecidos ao abrigo da legislação aplicável.

NÍVEIS E TAXAS DE APOIO

Grupos de Culturas				Montantes de Apoio (€/ha)	Escalões de Área para efeito de modução do Apoio (ha)			
					1º escalão	2º escalão	3ºescalão	4ºescalão
Culturas permanentes	Frutos Frescos de Regadio			900	≤ 5	≤ 10	≤ 25	> 25
	Frutos Frescos de Sequeiro			760	≤ 5	≤ 10	≤ 25	> 25
	Olival e Frutos Secos	Regadio	536	≤ 10	≤ 20	≤ 50	> 50	
		Sequeiro	250	≤ 20	≤ 40	≤ 100	> 100	
	Vinha			515	≤ 5	≤ 10	≤ 25	> 25
Arroz				530	≤ 20	≤ 40	≤ 100	> 100
Culturas temporárias de Primavera-Verão de Regadio				380	≤ 20	≤ 40	≤ 100	> 100
Outras culturas Temporárias				80	≤ 30	≤ 60	≤ 150	> 150
Horticultura				600	≤ 5	≤ 10	≤ 25	> 25
Pastagem Permanente				170	≤ 20	≤ 40	≤ 100	> 100

Até ao 1º escalão recebe 100%, até ao 2º recebe 80%, até ao 3º recebe 50% e no 4º recebe 20%.

“Baseline” - constituída pelos requisitos obrigatórios relativos à condicionalidade, às atividades estabelecidas para efeitos do artigo 4.º (c) (ii) do Regulamento (UE) n.º 1307/2013, bem como os requisitos mínimos de utilização de adubos e produtos fitofarmacêuticos, bem como outros requisitos obrigatórios estabelecidos em legislação nacional e identificados no PDR.

Artigo 4º do Regulamento (UE) n.º 1307/2013

Definições e disposições conexas

1- Para efeitos do presente regulamento, entende-se por:

c) "Atividade agrícola":

ii) a manutenção de uma superfície agrícola num estado que a torne adequada para pastoreio ou cultivo sem ação preparatória especial para além dos métodos e máquinas agrícolas habituais, com base em critérios a definir pelos Estados-Membros a partir de um quadro estabelecido pela Comissão.

Medida 7.2 – Produção Integrada

TIPO DE APOIO

- O apoio anual é atribuído por hectare de superfície agrícola, durante o período de compromisso, sendo o nível de apoio diferenciado em função de grupo de culturas e modulado por escalões de área.
- Majoração anual do nível de apoio para os agricultores que recorram a assistência técnica, prestada por técnicos reconhecidos pela DGADR integrados em organizações de agricultores, sendo o valor igual a 15% do montante global do apoio, limitado a um mínimo de 250€ e um máximo de 1750€.
- Majoração de 5% no nível de apoio base para os beneficiários associados de uma AP/ OP, que no caso específico das AP/OP de cereais será de 10%;
- O apoio cumulativo é limitado ao máximo regulamentar: 900 € /ha nas culturas permanentes especializadas; 600 € /ha nas culturas anuais, e 450 € /ha nas outras utilizações.
- As áreas forrageiras são pagas se se verificar um encabeçamento mínimo superior a 0,2 CN de efetivo pecuário de bovinos, ovinos e caprinos do próprio em pastoreio por ha de superfície forrageira.

BENEFICIÁRIOS

Pessoas singulares ou coletivas de natureza pública ou privada que exerçam atividade agrícola.

CONDIÇÕES DE ACESSO

- Área Geográfica de aplicação da ação: Continente
- Área mínima de 0,5 hectares candidata à produção integrada.
- Ter submetido a área candidata ao modo de produção integrada a controlo efetuado por um organismo de controlo e certificação (OC) reconhecido para o efeito.

- No caso de culturas permanentes regadas ter realizado análise de terras que inclua teor de matéria orgânica para a área a submeter a compromisso.

COMPROMISSOS

Estão associados os seguintes compromissos:

- Os beneficiários devem respeitar as condições de “baseline” e são compensados pelos compromissos que vão para além dessas mesmas condições.
- Manter as condições de acesso em cada ano do compromisso;
- Manter, durante o período de retenção, a exploração com um nível de encabeçamento de bovinos, ovinos e caprinos do próprio e de outrem, em pastoreio, expressos em Cabeças Normais (CN) por hectare (ha), igual ou inferior a:
 - 3 CN / ha superfície agrícola, no caso de explorações com dimensão igual ou inferior a 2 hectares de superfície agrícola;
 - 2 CN / ha superfície agrícola, no caso de explorações em zona de montanha com dimensão superior a 2 hectares de superfície agrícola;
 - 2 CN / ha superfície forrageira, no caso de explorações nas restantes zonas desfavorecidas e nas zonas não desfavorecidas e com dimensão superior a 2 hectares de superfície agrícola.
- Respeitar, no caso das culturas permanentes, as seguintes densidades mínimas por parcela:
 - Pomóideas, citrinos e prunóideas, exceto cerejeira – 200 árvores por ha;
 - Pequenos frutos, exceto sabugueiro – 1.000 plantas por ha;
 - Actinóideas – 400 plantas por ha;
 - Outros frutos frescos e sabugueiro - 80 árvores por ha;
 - Frutos secos e olival – 60 árvores por ha;

- Vinha – 2.000 cepas por ha, exceto nos casos de áreas ocupadas com vinha conduzida em pérgula ou de áreas situadas na Região Demarcada dos Vinhos Verdes, em que a densidade mínima é de 1.000 cepas por ha.
- Manter a superfície agrícola sob compromisso em Produção Integrada de acordo com o respetivo normativo;
- No caso de início de atividade em Produção Integrada concluir ação de formação específica homologada pela autoridade competente no prazo máximo de um ano após o início do compromisso;
- Compromisso opcional de ter assistência técnica contratualizada com organizações de agricultores com técnicos reconhecidos ao abrigo da legislação aplicável;
- Deter registo das atividades efetuadas nas parcelas e espécies pecuárias abrangidas pela Produção Integrada, de acordo com conteúdo normalizado;
- Conservar os comprovativos dos produtos fitofarmacêuticos e fertilizantes adquiridos, bem como os boletins de análises de terra, água e material vegetal, anexando-os ao registo das atividades.
- Envolvimento da entrelinha de culturas permanentes regadas:
 - Realizar análise de terras nas áreas de culturas permanentes, que inclua teor de matéria orgânica, no quinto ano do compromisso;
 - Manter o revestimento vegetal natural ou semeado das entrelinhas;
 - Na sementeira utilizar sempre técnicas de mobilização mínima na entrelinha;
 - Controlar o desenvolvimento vegetativo da entrelinha através de cortes, sem enterramento;
- Nas parcelas com IQFP superior a 2, as eventuais mobilizações para efeitos de instalação de culturas permanentes deverão ser realizadas segundo as curvas de nível;

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Serão tidos em consideração, nomeadamente, os seguintes princípios na definição dos critérios de seleção: cobertura da exploração, Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, sinergia com aconselhamento agrícola, jovens agricultores, organização da produção.

NÍVEIS E TAXAS DE APOIO

Grupos de Culturas			Montantes de Apoio (€/ha)	Escalaões de Área para efeito de modulação do Apoio (ha)			
				1º escalaão	2º escalaão	3º escalaão	4º escalaão
Culturas permanentes	Frutos Frescos de Regadio		526	≤ 5	≤ 10	≤ 25	> 25
	Frutos Frescos de Sequeiro		377	≤ 5	≤ 10	≤ 25	> 25
	Olival e Frutos Secos	Regadio	234	≤ 10	≤ 20	≤ 50	> 50
		Sequeiro	164	≤ 20	≤ 40	≤ 100	> 100
	Vinha		225	≤ 5	≤ 10	≤ 25	> 25
Arroz			376	≤ 30	≤ 60	≤ 120	> 120
Culturas temporárias de Primavera-Verão de regadio			175	≤ 50	≤ 100	≤ 200	> 200
Outras culturas temporárias			40	≤ 70	≤ 140	≤ 320	> 320
Horticultura			510	≤ 5	≤ 10	≤ 25	> 25
Pastagem permanente			95	≤ 20	≤ 40	≤ 100	> 100

Até ao 1º escalaão recebe 100%, até ao 2º recebe 80%, até ao 3º recebe 50% e no 4º recebe 20%.